



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

### ATA DA 19ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE SETEMBRO DE 2023

ATA Nº. 22 / 2023

#### ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
  - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
  - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
    - 3.2.1. ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO DEZOITO, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
      - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
      - 3.2.2. ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A ONZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO DEZANOVE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
        - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
        - 3.2.3. ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZOITO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO VINTE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
          - 3.2.3.1. VOTAÇÃO
  - 3.3. VOTO DE LOUVOR A MARIA JOÃO FRAGOSO MOTA DA COSTA LOPES E RITA FERRÃO BAPTISTA FERNANDES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO

MUNICIPAL DO IN-OV

- 3.3.1. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.3.2. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.3.3. VOTAÇÃO
- 3.3.4. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CLARA ROCHA SANTOS,  
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.4.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.4.2. VOTAÇÃO
- 3.5. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.6. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.7. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.8. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
- 3.9. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.10. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.11. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.12. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.13. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.14. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.15. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.16. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.17. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 580/2023 –  
DMOTDU/DOTPU/DOT – RELATIVA À APROVAÇÃO FINAL DA REVOGAÇÃO DO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

PLANO DE PORMENOR DO ESPARGAL/OFICINAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (PPE)

4.1.1. VOTAÇÃO

4.1.1.1. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.1.1.2. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.1.1.3. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N<sup>o</sup> 690/2023 – GCAJ/DE/DMEDSC/DGREAE – RELATIVA À APROVAÇÃO FINAL DO NOVO “REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E DE MÉRITO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE OEIRAS”

4.2.1. VOTAÇÃO

4.2.1.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 564/2023 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO DO PRÉDIO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, N.º. 4 E N.º. 6, EM CARNAXIDE, À SOCIEDADE FILARMÓNICA FRATERNIDADE DE CARNAXIDE

4.3.1. VOTAÇÃO

4.4. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 566/2023 – GMA – RELATIVA AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2022 DA TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A. - APRECIADA

4.5. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 568/2023 – GMA – RELATIVA AO RELATÓRIO E CONTAS 2022 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 4.º TRIMESTRE DE 2022 DA MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A - APRECIADA

- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO Nº. 626/23 – GCAJ/DACTPH –  
RELATIVA AO REGULAMENTO DO PRÉMIO DE POESIA DE OEIRAS -  
APROVAÇÃO FINAL
- 4.6.1. VOTAÇÃO
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA RIBEIRO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR. JOSÉ HENRIQUE DE MACEDO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.3. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.4. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.5. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.6. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 5.7. SR<sup>a</sup>. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 5.8. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.9. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 5.10. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 5.11. SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA A.M.
6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <u>72abiminda</u>			
<u>26-09-2023</u>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	16		
PS	1		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	—		
PAN	1		
INNOVAR ALGÉS	1		
INNOVAR BARCARENA	—		
INNOVAR CARNAXIDE	—		
INNOVAR OEIRAS	1		
INNOVAR PAÇO DE ARCOS	—		
INNOVAR SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 19ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE SETEMBRO DE 2023  
-----ATA Nº. 22 / 2023-----

----- Aos sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Nona Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, do Partido Socialista, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Ana Filipa Laborinho Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

## **2. ORDEM DE TRABALHOS** -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 580/2023 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa à Aprovação Final da Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras (PPE); -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 564/2023 – DMAG/DFP/DP – relativa à Celebração de contrato de comodato do prédio sito na Rua 5 de Outubro, N.º. 4 e N.º. 6, em Carnaxide, à Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide; -----
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 566/2023 – GMA – relativa ao Relatório e Contas de 2022 da TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A.;-----
4. Apreciação da Proposta CMO N.º 568/2023 – GMA – relativa ao Relatório e Contas 2022 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2022 da Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;-----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º. 626/23 – GCAJ/DACTPH – relativa ao Regulamento do Prémio de Poesia de Oeiras - Aprovação Final; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 690/2023 – GCAJ/DE/DMEDSC/DGREAE – relativa à Aprovação final do novo “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Oeiras”.-----

### 3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Caros amigos, vamos começar os nossos trabalhos. -----

----- Eu já o vi aí dentro....-----

----- Vamos tomar os nossos lugares, para dar início a esta reunião. -----

----- Eu já vi o Senhor Vice-Presidente por aí, deve estar... Bem, vou pedir aqui ao Senhor Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada. Peço que tomem os vossos lugares e vamos proceder à chamada. -----

----- Antes de começarmos propriamente a nossa reunião, eu queria fazer-vos uma proposta, que hoje temos como último ponto da nossa Ordem de Trabalhos a proposta seiscentos e noventa, que é relativa à aprovação do Regulamento Municipal de atribuição de bolsas de estudo e de mérito a estudantes do ensino superior. Acontece que hoje vai decorrer um encontro de professores com

a Câmara Municipal. Eu ia-lhes pedir se esta proposta podia ser analisada em segundo lugar. Portanto, a primeira seria a apreciação da proposta número quinhentos e oitenta, relativa à aprovação do Plano do Espargal, e depois poderíamos tratar desta proposta. Isto para que as pessoas, os professores ficassem libertos. Depois seguiríamos a ordem das outras propostas como está. A sexta passaria a segunda e depois continuaríamos.”-----

### **3.2. APROVAÇÃO DE ATAS**-----

**3.2.1. Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a quatro de julho de dois mil e vinte e três – Ata número dezoito, de dois mil e vinte e três**-----

#### **3.2.1.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e cinco votos a favor, sendo onze do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), um do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

**3.2.2. Ata da Décima Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a onze de julho de dois mil e vinte e três – Ata número dezanove, de dois mil e vinte e três** -----

### **3.2.2.1. VOTAÇÃO**

-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e cinco votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos,

Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), um do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, David Machado Ferreira, Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

### **3.2.3. Ata da Décima Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras,**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**realizada a dezoito de julho de dois mil e vinte e três – Ata número vinte, de dois mil e vinte e três** -----

### **3.2.3.1. VOTAÇÃO**-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), um do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Monica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Sílvia Maria Mota dos Santos, do

Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. --- -----

### **3.3. VOTO DE LOUVOR A MARIA JOÃO FRAGOSO MOTA DA COSTA LOPES E RITA FERRÃO BAPTISTA FERNANDES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV -----**

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Louvor mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Na sessão extraordinária número dezassete/dois mil e vinte e três, realizada no passado dia dezoito de julho, esta Assembleia Municipal, aprovou um voto de louvor às alunas Maria João Fragoso Mota da Costa Lopes e Rita Ferrão Baptista Fernandes da Escola Secundária Sebastião e Silva por integradas no Clube de Ciências da rede de Clubes Ciência Viva, terem passado à fase final da International Space Settlement Design Competition (ISSDC). -----

-----Esta competição que se realizou no Kennedy Space Center da NASA, na Flórida, entre vinte e oito e trinta e um de julho, contou com cerca de duzentos e sessenta alunos dos vários continentes, sendo a equipa europeia composta pelas duas alunas da Escola Secundária Sebastião e Silva e por mais dois alunos portugueses e oito de vários países europeus. -----

-----A competição abrangia testes de conhecimento em diversas áreas científicas com destaque para a física, biologia, matemática, astronomia, ambiente espacial, informática e robótica e à capacidade de inovação e de antecipação do futuro. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A equipa europeia obteve o primeiro Grande Prémio coletivo, o que, por si só, já distinguia e prestigiava as nossas duas alunas. Entendeu, no entanto, o júri atribuir também, a Maria João Mota da Costa Lopes o Prémio Individual de Excelência na Liderança "Dick Edwards".

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária número dezanove, em sete de setembro de dois mil e vinte e três, aprova um voto de louvor às alunas Maria João Fragoso Mota da Costa Lopes e Rita Ferrão Baptista Fernandes pelo êxito alcançado que muito prestigia a Escola Secundária Sebastião e Silva e o concelho de Oeiras. -----

----- O presente voto de louvor deve ser remetido aos seus familiares, à Escola Secundária Sebastião e Silva e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como em pelo menos um jornal de dimensão nacional.”-----

**3.3.1. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

----- “Deixo à vossa consideração este voto de louvor. Se alguém quiser usar da palavra, faça favor. Mas o Senhor não é membro da Assembleia, Senhor Vice-Presidente. Só um bocadinho. Algum dos senhores deputados municipais pretende usar da palavra? Não havendo nenhuma intervenção, eu dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que a solicitou. Faça favor.”

**3.3.2. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte:** -----

----- “Naturalmente que eu sabia que não era a minha vez, mas como nenhum dos senhores deputados tinha pedido a palavra, tomei a liberdade de o fazer. -----

----- Dizer duas ou três notas. Em primeiro lugar, da parte do Executivo Municipal dar os devidos parabéns a estas alunas, e depois dizer que foi mote de campanha eleitoral, em dois mil e dezassete do Movimento que ainda hoje tem a maioria na Câmara e na Assembleia Municipal, lançar a ideia de Oeiras ter os melhores alunos do país. Naturalmente que tem sido feito um trabalho de grande fôlego por parte da vereação da educação, está aqui presente o Vereador Pedro Patacho, com medidas tão simbólicas e tão exemplares como a da universalização do acesso ao ensino superior... e naturalmente que se estes resultados já são obtidos, muito se deve às políticas

de educação seguidas ao longo do tempo, seja na infraestruturação, seja no apoio ao aluno, e eu dizia da importância de termos a universalização do acesso ao ensino superior, particularmente para as camadas mais desfavorecidas da população, possibilitando que hoje todos os jovens do Concelho de Oeiras, bastando para isso que atestem junto da Câmara insuficiência económica da sua família, que hoje todos estes jovens possam seguir os seus estudos, tendo nós passado de um número de bolsas de trinta a quatro, em dois mil em dezassete, quando tomámos posse, para cerca de novecentas bolsas no ano corrente. Isto muito mais do que simbólico, tem um efeito multiplicador de longo prazo extraordinário, seja na alteração da vida do próprio jovem, seja na alteração da vida da comunidade e no efeito multiplicador que estas políticas têm nessa mesma comunidade. Como tal, voltando ao início da minha intervenção, Senhora Presidente, dar os parabéns às jovens, aos jovens do Concelho que tão bem nos representaram, dizendo que esperamos que estes resultados sejam não apenas destes jovens, mas no futuro que haja muitos jovens oeirenses, com condições para explorar ao máximo os seus talentos e as suas capacidades.

-----É só. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

### **3.3.3. VOTAÇÃO-----**

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Louvor, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), -----

----- O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, que a seguir se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 103/2023** -----

----- **VOTO DE LOUVOR A MARIA JOÃO FRAGOSO MOTA DA COSTA LOPES E RITA FERRÃO BAPTISTA FERNANDES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO IN-OV** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do

Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Louvor às alunas Maria João Fragoso Mota da Costa Lopes e Rita Ferrão Baptista Fernandes pelo êxito alcançado que muito prestigia a Escola Secundária Sebastião e Silva e o Concelho de Oeiras. -----

-----O presente voto de louvor deve ser remetido aos seus familiares, à Escola Secundária Sebastião e Silva e publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como em pelo menos um jornal de dimensão nacional. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**3.3.4. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Está, portanto, aprovado por unanimidade.-----

-----É um orgulho, realmente, para nós oeirenses estas jovens.” -----

**3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CLARA ROCHA SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“No passado dia vinte e cinco de agosto, faleceu Clara Rocha Santos, cidadã empenhada nas causas da educação, da justiça social, do ambiente e da participação na vida pública. -----

-----Geógrafa de formação, abraçou desde muito cedo as causas da ecologia, desenvolveu como professora diversos projetos de educação ambiental, nomeadamente no concelho de Sintra onde também desempenhou funções autárquicas. Sócia da Associação de Professores de Geografia desde mil novecentos e oitenta e seis, pertenceu à Direção de mil novecentos e oitenta e oito a dois





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mil e doze. Enquanto esteve em mobilidade estatutária da Associação foi responsável e dinamizadora pelo Projeto Rios em Portugal e foi divulgadora do Projeto Ano Polar Internacional junto do público escolar - projeto em parceria do IGOT e nos últimos anos era representante da Associação na CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. ----

----- Quando veio morar para Algés integrou-se muito ativamente na vida cívica da comunidade através de sessões gratuitas de apoio ao estudo na Fábrica de Alternativas, integrando performances do Projeto Madura cinquenta e cinco mais e colaborando na organização do Fórum Pensar Algés e da Rede de Moradores Desafiar Algés. -----

----- Foi proponente do projeto de requalificação da Praia de Algés ao Orçamento participativo de Oeiras de dois mil e dezanove. Um projeto que apesar de ter ganho, ainda não foi colocado em prática. -----

----- A Clara Rocha Santos foi um dos elementos fundadores da Associação Evoluir Oeiras, e uma inspiração para todos, pelo entusiasmo, energia e qualidade das suas intervenções. -----

----- Esteve também na génese da Coligação Evoluir Oeiras, tendo apoiado e dado importantes contributos para o trabalho político desenvolvido. -----

----- Por todos os que com ela conviveram a Clara será sempre lembrada como uma mulher corajosa e defensora do bem comum e deixará saudades em vários coletivos do nosso concelho de Oeiras: na Rede Desafiar Algés, Fábrica de Alternativas etc. assim como em todos aqueles que foram tocados pela sua cidadania ativa nas diferentes áreas temáticas e municípios por esse mundo fora. -----

----- A Clara era um exemplo de cidadania. -----

----- Em homenagem à sua memória e à sua intervenção cívica em Oeiras, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sua sessão de sete de setembro de dois mil e vinte e três, aprove um voto de pesar pelo seu falecimento e que delibere:

----- Realizar um minuto de silêncio em sua honra. -----

-----Comunicar este voto à família, à Associação de Professores de Geografia e realizando uma publicação no sítio da Assembleia Municipal e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional.” - -----

**3.4.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte:** -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Embora não conheça ou não tivesse conhecido a Senhora Dona Clara Rocha Santos, e embora também o currículo que nos é apresentado não a distingue de provavelmente milhares de cidadãos existentes no Concelho de Oeiras, ativamente participativos na sociedade, naturalmente votarei a favor deste voto de pesar, porque qualquer perda de vida humana é sempre de lastimar e merece o nosso pesar, pelo que votarei favoravelmente.” -----

**3.4.2. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. --- -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, que a seguir se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 104/2023** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CLARA ROCHA SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um voto de pesar pelo falecimento

de Clara Rocha Santos, realizando um minuto de silêncio em sua honra.-----

-----Mais deliberou esta Assembleia Municipal, comunicar este voto de pesar à sua família, à Associação de Professores de Geografia e que o mesmo seja publicado no sítio da Assembleia Municipal, bem como, em pelo menos, um jornal de expansão nacional.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----Foi feito um minuto de silêncio em memória de Clara Rocha Santos.-----

**3.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----**

-----“Já estava a decorrer a reunião..., um documento para ser distribuído pelos líderes de bancada. Iremos analisar o documento e faremos a distribuição. Não poderá ser é agora, porque qualquer documento dá entrada, os documentos dos grupos políticos, até às catorze horas e trinta minutos são analisados e é feita a distribuição. Resulta que este documento será distribuído certamente, mas não agora no início da Sessão.-----

-----Também temos, que foi distribuído, o Programa das Festas de Nossa Senhora das Dores, de Laveiras/Caxias. Os senhores deputados devem ter também.-----

-----Entramos agora propriamente no período de intervenções, no Período Antes da Ordem do Dia e eu pergunto se algum dos senhores deputados.... Quem se quer inscrever?”-----

**3.6. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio e disse o seguinte: -----**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Bom, esta minha intervenção (e como esta é a primeira sessão depois do nosso regresso de férias) vem falar sobre o entretenimento a que assistimos durante este mês de agosto. De facto, este entretenimento teve como cenário o nosso querido Concelho de Oeiras e não pelas melhores razões. -----

-----Começámos nas férias por assistir a algumas das notícias que abordavam uma retirada de um cartaz outdoor, aquando da realização das Jornadas Mundiais da Juventude.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Independentemente das razões subjacentes a esta atitude por parte do Executivo camarário e, independentemente do assunto cujo outdoor referia, o que é certo é que nós vimos um emaranhado de desculpas, que não faziam qualquer sentido, virem a público nos órgãos de comunicação social, o que deu a impressão de que em Oeiras não se sabe muito bem o que é que se faz. Se se faz, assume-se que se faz e porque é que se faz. Se não se faz, então, mantemos a coerência e levamos as nossas ações e as nossas atitudes adiante. -----

----- Depois, veio uma segunda notícia a público relativa à quantidade e ao valor despendido em ajustes diretos por causa das Jornadas Mundiais da Juventude. Depois de um olhar atento sobre as empresas e as obras ou trabalhos que foram alvos destes ajustes diretos, muitas interrogações ficam no ar. Primeiro, fica a interrogação de saber a necessidade destes ajustes diretos, uma vez que alguns destes trabalhos levados a cabo na altura das Jornadas, são trabalhos de manutenção que, naturalmente, deveriam acontecer durante todo o mandato e não só durante esta realização das Jornadas. Mas este é um tema a que voltaremos mais tarde, porque neste momento, estamos a levar a cabo uma análise mais detalhada sobre estes mesmos ajustes diretos. -----

----- Por fim e ainda mais triste, foi o caso da situação das refeições levadas a cabo pelo Executivo. Todos nós sabemos que esta foi uma situação que chocou tudo e todos, mais concretamente os munícipes de Oeiras. Dizer que, de facto, quando estaríamos à espera que o Senhor Presidente viesse apresentar um pedido de desculpas aos oeirenses e viesse de alguma maneira reparar o mal que já estava feito, o Senhor Presidente vem dar justificações que eu nem sei qualificar e, portanto, dizer que estas férias tiveram esta característica de nos vermos no meio de um emaranhado de confusões, de situações lamentáveis, que nós esperamos que o Executivo venha a corrigir, que o Executivo venha a ultrapassar, porque efetivamente com o dinheiro público não se brinca, com o erário público não se brinca. Não está em causa os gostos de cada um, porque isso são notícias para outros órgãos de comunicação, são “faits divers”, o que está em causa é a utilização do erário público para sustentar estes mesmos gostos. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Prescindo da palavra.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Prescinde? -----

-----Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faça favor.” -----

**3.7. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----No regresso aos trabalhos desta Assembleia, após o período habitualmente destinado ao gozo de férias, não posso deixar de usar a palavra para uma saudação muito especial. -----

-----Teve lugar, como todos muito bem recordamos, há precisamente um mês, o mais importante acontecimento mediático já realizado em Portugal, durante este século. -----

-----Refiro-me, como todos já terão compreendido, à jornada Mundial da Juventude que concentrou em Portugal, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa, mais de um milhão de jovens provenientes de todos os cantos do mundo, ansiosos por ouvirem a mensagem do Papa Francisco e de com ele partilharem a esperança de um futuro mais harmonioso e mais humano.--

-----Como todos sabemos, o Município de Oeiras, só muito tardiamente se associou a este evento, depois de para tal ter sido solicitado pelo Governo para dar resposta a algumas incapacidades e insuficiências demonstradas pela equipa do Grupo de Projeto coordenada por José Sá Fernandes.-----

-----Soube, no entanto, este Executivo estar à altura das circunstâncias, tendo, no reduzidíssimo período de tempo de que dispôs, conseguido montar toda a máquina que possibilitou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que Oeiras se impusesse neste evento como um modelo de organização e de operacionalidade. Talvez isto explique as dúvidas apresentadas sobre esta questão pela Senhora Deputada Sónia (PSD).-----

----- Também o povo de Oeiras esteve à altura do acontecimento. As gentes de Oeiras souberam receber enchendo festivamente a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés.-----

----- Onde outros falharam, Oeiras soube dignificar e soube dignificar-se, recebendo os voluntários que, extenuados pelo cansaço e pela dedicação, aguardavam o Papa Francisco.-----

----- Parafraseando o Prémio Camões de dois mil e dezanove, o poeta Chico Buarque, não temos receio absolutamente nenhum em afirmar: “Foi bonita a festa, pá”. -----

**3.8. O Senhor Deputado David Ferreira (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Antes de mais gostaria de desejar um bom terceiro ano de mandato a todos os presentes e espero que a pausa merecida tenha sido restauradora e feliz para vós. Sabemos que Oeiras não parou, e a nossa pausa nos trabalhos da Assembleia inicia-se mais ou menos da mesma altura em que as Jornadas Mundiais da Juventude chegavam a Portugal e ao nosso Concelho. -----

----- Quanto a este evento, que supostamente traria grandes ganhos económicos para a metrópole e para os vários concelhos que estavam diretamente ligados à organização, hoje sabemos que talvez não tenha sido aquilo que se projetava, alguns dos estudos apontam até para quebras de receita em algumas áreas de negócios. Aproveito para perguntar se em Oeiras já existe ou está previsto algum estudo sobre o impacto dessas Jornadas?-----

----- O evento decorreu com algumas falhas relevantes que merecem ser corrigidas em eventos futuros desta dimensão, bem sei que eles são raros, mas mesmo assim devemos sempre (e acho que merece) fazer um balanço do ocorrido. Antes desse balanço, gostaria de saudar o trabalho das centenas de trabalhadores do Município, essencial para que o evento ocorresse dentro do previsto. Importa também sublinhar que nem todos esses erros são responsabilidade direta do

Município, mas também existem alguns outros que são responsabilidade exclusiva do Executivo.

-----Começo pela temática dos transportes. Quem andou de comboio e autocarro nos dias das Jornadas Mundiais da Juventude encontrou-se perante um caos. Se no dia-a-dia comum, um cidadão muitas das vezes já se depara numa situação desconfortável, imaginemos um cenário em que Lisboa possui mais um milhão de habitantes. Faltou ao nível da Área Metropolitana e do Governo central esse reforço óbvio que teria de existir num cenário destes, e que deve também existir sempre que ocorre um evento de grande dimensão perto das linhas de comboio, como por exemplo, o NOS Alive ou os Santos Populares. -----

-----Neste evento, o Município de Oeiras ficou categoricamente conotado como um anfitrião nervoso. Nervoso porque esbanjou rios e rios de dinheiro em coisas tão necessárias e indispensáveis à realização do evento como um pórtico para a entrada do Papa no recinto do Passeio Marítimo de Algés, na módica quantia de vinte e cinco mil euros. Bem, poderia elencar peça a peça o nervosismo deste Executivo, que de ajuste direto em ajuste direto, conseguiu mais uma vez ser a caricatura de um país de bolso largos, que se deslumbra e esquece a sua laicidade quando cá vem a sua Santidade. -----

-----O nervosismo deste Executivo era tanto, que perante uma situação desconfortável não se soube comportar, e mandou retirar um cartaz colocado por um conjunto de cidadãos. Cartaz esse que por acaso faz uma crítica direta à instituição organizadora. Ora, calar a revolta das vítimas de abusos sexuais, não constitui de todo um ato democrático, nem algo que a meu ver, possa ser defendido pelo próprio Papa Francisco. Desse nervosismo saíram três versões para justificar o ato de censura: ora a estrutura não estava licenciada, ora o Senhor Presidente pensou que era um ato de vandalismo, ora o local não era apropriado para um outdoor. Enfim, este Executivo transparece um pouco da sua essência e juntou nesta receita uma dose de censura e três doses de justificações de bolso, uma receita que o Grupo Político Evoluir Oeiras já conhece muito bem. -----

-----Dito isto, há coisas que ainda nos falta apurar ou, pelo menos reunir toda a informação





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para conseguirmos realizar um balanço sério e detalhado do que foram as Jornadas Mundiais da Juventude. -----

----- Gostaríamos assim de requerer informação relativa aos custos totais e discriminados destas Jornadas, ou seja, todos os contratos celebrados da Câmara Municipal com outras instituições e entidades para a realização deste evento. E também, já agora, esclarecer se foram pagas aos funcionários das escolas, as horas extraordinárias referentes ao trabalho nas Jornadas. -

----- Obrigado.” -----

**3.9. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção: -----**

----- “Muito boa tarde a todos os presentes e a quem nos assiste. Gostaria de desejar a todos um bom regresso aqui aos trabalhos. -----

----- Tendo o PAN tomado conhecimento da realização de uma garraiada no fim de semana passado em Leião e tratando-se de uma atividade cuja realização carece de autorização pelo Município, vimos por este meio requerer cópia das autorizações concedidas para a sua realização.

----- Gostaríamos também de saber quando foi solicitada autorização para a realização da garraiada, qual o parecer da Câmara Municipal, qual o parecer do IGAC (Inspeção-Geral das Atividades Culturais), se a DGAV (Direção-Geral da Alimentação e Veterinária) esteve presente no local, quantos animais foram utilizados, se houve financiamento público atribuído pela Câmara (se sim, qual o montante) e qual a posição da Câmara relativamente à realização deste tipo de atividade. - -----

----- Fomos também chamados à atenção para o facto de os cheques veterinários estarem suspensos. Gostaríamos de saber se é verdade, qual o motivo e para quando a sua reativação. Relembrar que este tipo de apoio permite às famílias com maiores dificuldades financeiras garantir e manter as necessidades básicas dos seus animais de companhia. -----

----- Obrigada.” -----

**3.10. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte: -----**

-----“O mês de agosto, tradicionalmente designado pelo ápodo de “silly season”, tinha este ano, em resultado da visita do Papa Francisco, a garantia de se iniciar com um pleno noticioso, de alguma forma colocando os média portugueses nos píncaros das agências internacionais. Ninguém iria notar certamente a ausência dos elevadíssimos debates em torno do futebol e estamos convencidos que mesmo a guerra da Ucrânia, se esperava que fizesse uma pausa, noticiosa claro, para enlevo da nossa comunicação social. -----

-----Mas o tema da visita do Papa já tinha, aliás, sido apimentado, pela intervenção de um artista plástico que, em busca de protagonismo, resolvera estender uma passadeira estampada com notas de quinhentos euros na escadaria do altar que receberia o Papa, no âmbito da Jornada Mundial da Juventude. -----

-----Parecia que os oportunistas se preparavam para usar a visita do Papa em defesa dos ideários que professam. Oportunistas porque, muitos dos que aproveitaram a visita do Papa para se pôr em bicos de pés nunca antes se haviam pronunciado sobre o tema que esteve na origem da polémica. -- -----

-----Legitimamente, registre-se. Legitimamente. Porque os oportunistas gozam, e bem, dos mesmos direitos dos outros cidadãos. Não deixam é de ser oportunistas por isso. Mas esses direitos devem ser exercidos dentro do respeito pela lei em vigor. -----

-----Foi isto o que aconteceu com o cartaz sobre os casos de pedofilia na Igreja Católica, colocado em Algés. -----

-----Tratava-se de um cartaz sem identificação de responsável, colocado sem conhecimento do Município, numa estrutura não legalizada. Tudo o resto é espuma dos dias. -----

-----Sobre os pormenores pouco claros da empresa publicitária associada a este caso, poderá, eventualmente, o Senhor Presidente prestar alguns esclarecimentos. -----

-----Fez, pois, muito bem, o Município em mandar retirar o referido cartaz, ao mesmo tempo que tornava público, através da comunicação social, que, dada a importância do tema,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concederia um espaço publicitário do Município ao responsável pela mensagem, que até então se mantinha com identidade desconhecida.-----

----- De imediato, o grupo responsável pelo cartaz contactou o Município, tendo-lhe sido naturalmente cedido o espaço pretendido. Com naturalidade como é timbre de gente que a falar se entende e que a falar corrige qualquer mal-entendido. -----

----- Diferente foi o comportamento dos oportunistas. E frise-se que não incluo nesta classificação a Associação Ateísta Portuguesa, cuja atividade é de uma clareza linear e que, desde o primeiro momento, se colocou entre os que exigiram uma investigação sobre eventuais casos de pedofilia na Igreja. -----

----- Podemos discordar do seu extremismo com que, por vezes, coloca as questões, mas é coerente com o seu procedimento.-----

----- Diferente ao que aconteceu com os oportunistas. Alguns dos quais se sentam nesta Assembleia e que, não só não coram de vergonha, como insistem em arvorar-se defensores do que nunca antes lhes tinha interessado. -----

----- Virgens impolutas, rasgaram as vestes para cavalgar a onda da moda. Sem qualquer respeito pelas vítimas. Não lhes conhecemos qualquer posição anterior sobre este tema. -----

----- Onde estava a Senhora Vereadora Carla Castelo que, curiosamente, prima pela falta de respeito pelos seus eleitores, uma vez que sistematicamente está ausente desta Assembleia, onde estava a Senhora Vereadora Carla Castelo, dizia eu, quando o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Francisco Gonçalves, publicou há mais de um ano um artigo de opinião sobre o tema, no qual chamava “os bois pelos nomes”?-----

----- É preciso ter topete, senhores deputados. Ah! É certo. A Senhora Vereadora é muito seletiva na leitura de jornais, correndo o risco de que o mundo lhe passe à porta, sem que dele se aperceba.-- -----

----- Desta vez, como habitualmente, chegou atrasada à realidade. É o que sucede a quem

anda distraído.-----

-----Ficava-lhe bem, no entanto, constatar que errou. Ficava-lhe bem demarcar-se do jacobinismo idiota e retrógrado em que se deixou envolver e que talvez nem Afonso Costa certamente compreenderia hoje, caso ainda fosse vivo.-----

-----Ficava-lhe bem um pedido de desculpa, mas ao seu Grupo nesta Assembleia, não só lhe ficaria bem, como inclusivamente, acabámos de ouvir uma diatribe exatamente no mesmo sentido. Ficava-lhe bem um pedido de desculpas nesta Assembleia. Através de algum dos deputados do seu grupo político que, mais uma vez, insisto, vestiram a “pele de cordeiro”, para disfarçar a sua verdadeira personalidade.”-----

**3.11. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte:-----**

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para responder ao Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV), que ele faz precisamente aquilo que nos acusa: que é a leitura seletiva de jornais e de andar desatento. Se andasse um “bocadinho” atento, verá que alguns nós (inclusive eu), já prestámos declarações à imprensa, inclusivamente sobre o assunto dos abusos sexuais no seio da Igreja Católica, antes das Jornadas Mundiais da Juventude, antes da polémica com o outdoor. Portanto, Senhor Deputado, antes de tecer as considerações simpáticas com que nos brindou, convinha ter a certeza que está bem informado e na posse de todos os factos, o que revela-se, não está.-----

-----Queria também dizer em relação à intervenção da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), sobre as notícias que vieram a público sobre os almoços da Câmara Municipal de Oeiras, que subscrevo na íntegra a intervenção da Senhora Deputada. Só não concordo num ponto que é que a Senhora Deputada espera que o Executivo dê e volta a isto, e eu já não tenho a mínima esperança que isso aconteça. O cenário que vejo à minha frente é dantesco, porque esta situação dos almoços já é suficientemente grave, mas não são só os almoços que nos indignam, porque os almoços são apenas um grão de areia num deserto extenso de atuação deste Executivo, tanto a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nível de questões legais dúbias, como com ações que mostram claramente sentidos de ética e de bom senso completamente desfasados, daquilo que é a realidade das pessoas no dia a dia das pessoas e, portanto, a falta de contacto com a realidade que este Executivo demonstrou, com as notícias que vieram a público e com a reação que teve a essas notícias, a mim, deixa-me sem esperança nenhuma de que esta situação alguma vez venha a mudar, porque isto não foi um lapso, não foi um acaso, não foi um azar, isto é a maneira de funcionar deste Executivo. Portanto, Senhora Deputada, eu gostava de ainda ter a sua esperança, mas confesso-lhe que já não tenho.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

**3.12. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), fez a seguinte intervenção:----**

----- “Muito obrigada. Cumprimento a Senhora Presidente, a si e à Mesa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores. Os meus colegas deputadas e deputados, naturalmente o público e quem nos acompanha também em casa.-----

----- Começo por desejar que esta nossa reentrada em atividade política seja, desta vez, como ao longo de todo o ano pautada pelo comportamento exemplar e ético de todos e todas e não só daqueles que dizem que o têm.-----

----- Relativamente às matérias que foram aqui colocadas pelos diferentes deputados, preocupa-me a questão da retirada do cartaz e a posição do Partido Socialista é pública, é conhecida e nós, obviamente, enquanto bancada reiteramos a posição tomada pelo Presidente da Concelhia. De qualquer das formas, não podemos deixar de notar que há uma sucessão de acontecimentos que não deixam de ser estranhos.-----

----- No dia dois de agosto, a Câmara Municipal manda retirar os cartazes e nesse mesmo dia, o Senhor Presidente da Câmara, confrontado com a questão de que se tinha conhecimento, disse que não tinha conhecimento. No dia três de agosto, o Senhor Vice-Presidente vai à CNN justificar a retirada do cartaz com o argumento da ilegalidade, fazendo uma referência à legislação que deve ser, obviamente cumprida. Presumo que se tenha referido à legislação, que é a lei noventa

e sete de oitenta e oito, que depois tem por base o seu regulamento municipal. Mas, da leitura que nós fazemos ou da leitura pelo menos que eu faço, o artigo quinto fala em ordenar a remoção das mensagens de publicidade ou mensagens políticas. Não consigo compreender como é que se entendeu que aquela mensagem era de publicidade.-----

-----No dia quatro de agosto, felizmente e bem, a Câmara Municipal encontrou uma solução depois de se ter encontrado com os promotores e colocou noutra sítio, mas colocou o cartaz. A nove de agosto, a Comissão Nacional de Eleições vem dizer que os órgãos autárquicos não têm competência para regulamentar o exercício de liberdade da propaganda e vem lembrar pareceres que tinha emitido.-----

-----Terminamos esta sucessão de episódios com uma entrevista do Senhor Presidente, que, de certa forma, vem clarificar perante os órgãos de comunicação social que a tomada de posição, pese embora o Senhor Presidente não tenha assumido, terá sido de alguma precipitação e, portanto, obviamente, foi reposta a regularidade. -----

-----Senhor Presidente só lhe pedimos uma coisa, que a Câmara Municipal fale a uma só voz, que é a sua Senhor Presidente. É a sua voz que tem que mandar e que tem que representar a Câmara. Tenho a certeza que se o Senhor Presidente tivesse sabido do conteúdo deste cartaz, ele não tinha sido removido. E, por isso, aproveitando, pois calculo que haja parecer da Comissão Nacional de Eleições na Câmara Municipal, porque naturalmente foi notificada, enquanto bancada do Partido Socialista requeremos que nos seja entregue o parecer da CNE que diz que efetivamente este cartaz não deveria ter sido retirado. Muito obrigado.”-----

**3.13. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----**

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Queria deixar aqui apenas uma situação que me foi colocada por alguns residentes em Carnaxide, que tem que ver com a qualidade de vida e o ruído à noite. A situação... e os moradores na Rua Aquilino Ribeiro já estão a considerar fazer um abaixo-assinado e trazer aqui a esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia. Tenho a convicção que é nossa função antecipar estes problemas, ou pelo menos averiguar o que se passa. -----

----- É uma situação que se prende com a atuação da Polícia Municipal em relação ao restaurante “A Prova”. O restaurante “A Prova” fica situado no Clube de Carnaxide Cultura e Desporto, que é de facto, um clube muito importante na comunidade pelo trabalho que desenvolve, não é isso que está em causa. Acontece que este clube tem um restaurante concessionado no primeiro andar e está situado numa rua, que é a Rua Aquilino Ribeiro, onde há muita gente que trabalha e que tem que descansar à noite. Eu próprio presenciei e já vi alguns vídeos, a horas como à meia-noite, às onze e meia, às vezes até depois da meia-noite, este restaurante tem uma varanda onde as pessoas vêm fumar e confraternizar, e não é possível dormir com tanto barulho. -----

----- Portanto, a solicitação destas pessoas é que seja reposta a legalidade. Naturalmente que o restaurante tem todo o direito da sua atividade até aos horários legais e competirá à Polícia Municipal alertar o proprietário, para que os residentes possam ter o devido sossego. -----

----- Era só. Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Obrigada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Não há mais inscrições? Portanto, vou perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se pretende usar da palavra.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, peço-lhe para passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente que irá esclarecer a questão do cartaz da pedofilia e depois eu prosseguirei.” -----

**3.14. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A questão do cartaz. O mais lamentável é quando as pessoas falam do que não conhecem. Hoje, como é muito fácil falar sem conhecer, qualquer um pega num microfone ou num

megafone e diz umas alarvidades do que não conhece (inclusive até algumas instituições), porque se tivesse contactado a Câmara para saber o que é que a Câmara sabia, talvez a Câmara pudesse ter explicado. -----

-----Portanto, passamos a explicar:-----

-----Nós tivemos conhecimento que tinha sido colocado um painel (e pago), numa estrutura não licenciada no Município de Oeiras. Agora vou passar a explicar. Se tivessem alguma serenidade, poderiam perceber. Há uma empresa, peço desculpa, a Expocertame - Publicidade e Design, que passou uma fatura à dita associação que nós não conhecíamos, porque não nos contactou (o painel não está identificado como uma força política), não foi contactado o Município... No entanto há uma empresa, a Expocertame - Publicidade e Design, que passou uma fatura de oitocentos e cinquenta e quatro euros, “colocação de outdoor, impressão da tela e aluguer da estrutura”. Portanto, não pode alugar uma estrutura que não está licenciada. Essa foi a simples razão por que a estrutura tinha que ser removida. Por alguma razão, quando o Senhor Presidente me deu instruções para ir à televisão (eu peço desculpa se durante a minha intervenção terei causado alguma dificuldade de compreensão em alguns dos presentes e em alguns dos ausentes), tentei explicar a situação e no próprio dia, a empresa, a empresa isto é, a associação que colocou o painel, ouvindo a explicação que eu dei, contactou-me. Eu contactei a associação, conversei com eles, expliquei-lhes o sucedido e em poucas horas resolveu-se. A situação e o tratamento do Município de Oeiras foi tão “drástico” para com esta questão, ficaram tão “condoídos”, que se me permite, Senhora Presidente, vou ler o que me foi escrito por essa associação: “Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, é com satisfação que recebemos a sua resposta positiva ao nosso pedido. Congratulamo-nos com ter sido possível chegar a acordo com a celeridade que o tema merece e gostaríamos de endereçar o nosso agradecimento pela sua disponibilidade durante este processo. Gostaríamos de solicitar a atenção de nos notificar da reposição do cartaz quando esta estiver terminada, caso seja possível”. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Isto é, só não percebeu quem não quis. A associação percebeu imediatamente o que é que estava em causa. Até disse à associação, naturalmente, que foram dadas instruções aos serviços do Município para levantar o correspondente processo à empresa que estava a burlar a associação, porque uma empresa que aluga uma estrutura não licenciado é uma burla e perante uma associação sem fins lucrativos como esta, com um tema tão pertinente, torna muito mais grave. Portanto, será aplicada a coima no limite máximo que a lei nos permite ir, tal a gravidade da situação. -----

----- Queria só terminar, Senhora Presidente, não tomo muito tempo, dizendo só o seguinte: o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) já disse do artigo que escrevi há mais de um ano. É lamentável como esta situação é tratada. Só eu sei os elogios em surdina que ouvi quando escrevi aquele artigo, dizendo que eu era muito corajoso. Não sou eu que estou muito corajoso, a generalidade das pessoas é que são muito cobardes. Portugal está cheio de cobardes. Acobardam-se perante uma ilegalidade, acobardam-se perante uma ignomínia de violação de menores e de dizer as coisas como são e eu posso falar à vontade sobre isso, fui acólito, portanto a ninguém mais fere, uma situação destas, do que alguém como eu, que estive na circunstância, se fosse mais frágil, de poder ter passado pelo que aquelas pessoas passaram. Portanto, nós vivemos é num país de cobardes.-- -----

----- Naturalmente e queria só terminar, a Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) falou sobre este tema, que eu fico muito feliz com as suas palavras, mas compreenda que fico mais feliz com as palavras da associação que compreendeu imediatamente e resolvemos a situação após o Município ter tido conhecimento, em duas horas.-----

----- Quanto à CNE, estamos habituados.”-----

**3.15. O Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é um prazer rever-vos. Sei que todos tiveram férias, eu por opção ainda não tive, provavelmente irei fazê-las em outubro, mas como já sei que o mês de agosto é sempre um mês com pouca agitação, entendi agitar um bocado

e, portanto, foi uma oportunidade para eu usufruir das maravilhas deste Concelho. Pude visitar as obras todas que estão em curso nas escolas, os seis prédios de habitação jovem que estão em curso, os três empreendimentos de habitação pública, que ainda ontem lançámos o pau de fileira de um deles..., e, naturalmente que dirigentes e técnicos da Câmara, muitos de férias, mas muitos outros a trabalhar também.-----

-----Por outro lado, quero fazer uma declaração de interesses aqui, antes de me reportar aos “almoços do Isaltino”, é este o título do jornal. Em primeiro lugar, quero-vos dizer que nos meus quarenta anos de vida pública, já estive em conferências das Nações Unidas, estive em conselhos de ministro europeus, estive em conselhos de ministros em Portugal, estive em diversas organizações, comi almoços, jantares, banquetes etc., e que como poderão calcular, para mim, é um sacrifício enorme. Eu já só vou a almoços e jantares por dever de ofício e continuarei a ir. Portanto, se pensam que eu me deslumbro... Pelos vistos, há muita gente que se deslumbra, mesmo nesta Assembleia. Ainda há quem fique deslumbrado com um almoço de arroz de lavagante. Bom, está bem, cada um deslumbra-se com aquilo que quer. Eu já não me deslumbro com essas coisas. Aliás, nem imaginam o esforço que eu faço para emagrecer. Tento até, muitas vezes nesses almoços bebo um copo de água, petisco uma salada. Ainda ontem, no pau de fileira, comi lá uma salada de rúcula e mais umas coisas e, naturalmente que não entrei nas carnes, porque, na realidade.... Sim, tenho que dizer isto, porque dá a impressão que o Presidente da Câmara, os vereadores e os dirigentes que estão nesses almoços de trabalho, é aí que matam a fome. Portanto, isto mostra um “bocadinho” a pequenez, o “poucoquinho”, realmente a cobardia que o Vice-Presidente acabou de falar. Por outro lado, devo dizer o seguinte: esta questão dos almoços de trabalho e de despesas de representação, tem a ver, fundamentalmente... Todo este alarme que alguns quiseram empolar e que pelos vistos têm porta-vozes aqui nesta Assembleia... Nós não podemos deixar de dizer que há jornalistas que mentem, há jornalistas preguiçosos, há jornalistas que não têm o mínimo rigor. Foi o caso deste jornalista da Sábado, que não é sério, não quis ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

rigoroso e apesar de se lhe ter posto à frente toda a documentação mentiu, continuou a mentir propositadamente. E reparem, mentiu tanto que... E eu agora tenho de falar com toda a transparência, com a transparência que está em tudo, em todos os atos da Câmara Municipal de Oeiras e é isso que eu sei que choca e surpreende alguns, é que aqui não há nada “na manga”. Na Câmara Municipal de Oeiras, tudo está à vista. E este é um bom exemplo. Vejam bem de tal maneira, que o próprio diretor da Sábado, para tentar vir defender o jornalista das mentiras e da falta de rigor que fez, porque chegou ao pé de nós e disse-nos: “Estamos a recolher junto de várias câmaras municipais elementos sobre despesas de representação e almoços, e é uma publicação que nós queremos fazer, sobre as diferentes câmaras municipais e outras instituições”. Nós soubemos afinal, que era só a Câmara Municipal de Oeiras. Bom, mas como nos tinham dito que eram outras câmaras, insistimos com o jornal para que dissesse, se afinal, era Oeiras, ou outras câmaras. E então lá vem o diretor do jornal, vejam bem, atabalhoadamente..., mas, apesar de tudo é um aspeto positivo, e eu começo por aí, diz o diretor do jornal: “Nesta história há um dado relevante que importa revelar. Isaltino Morais queixou-se de a Sábado não ter comparado as faturas de Oeiras com as de outros municípios”. Eu não me queixei, ele é que disse que eram outros municípios. “Isso só não aconteceu (dizia ele), porque até agora, o Executivo do Independente foi o único a ter uma postura irrepreensível (vejam bem, irrepreensível), cumprindo as regras democráticas e de transparência, cedendo toda a documentação solicitada. Outras autarquias preferiram refugiar-se em justificativos vários e obrigar a Sábado a recorrer aos tribunais, para que o direito de acesso à documentação administrativa, seja cumprido como manda a lei. O escrutínio do poder, incluindo os seus gastos, é um dos mais importantes papéis do jornalismo. Na Sábado, não descansaremos enquanto o nosso propósito não for cumprido e cá estaremos para dar disso conta aos nossos leitores. Demore o tempo que demorar”. Bom, um aspeto positivo: afinal, há transparência.-----

----- Vamos aos almoços e jantares de trabalho. Aquilo que é uma normalidade na Câmara Municipal de Oeiras e é uma normalidade em qualquer Câmara Municipal deste país, são os

almoços de trabalho e de representação. Todos os dias ou quase todos dias, há almoços de trabalho com frequência. Em Oeiras, vamos lá ver, os almoços de trabalho, como digo, são uma normalidade e têm um retorno extraordinário. Nós temos funcionários... nós não temos o horário de um funcionário público. Em Oeiras, não se trabalha das nove às cinco e meia. Em Oeiras trabalha-se todos os dias, trabalha-se até às dez ou até às onze da noite, trabalha-se ao sábado, trabalha-se ao domingo, trabalha-se sempre que é preciso. E é com orgulho enorme que eu posso aqui afirmar (e os munícipes sabem isso), que os nossos trabalhadores têm orgulho em ser funcionários da Câmara Municipal e dão o seu máximo. Quando um almoço de trabalho se prolonga para lá de uma reunião que está a acontecer, é a produtividade que está a aumentar, é o envolvimento dos funcionários, é a motivação dos mesmos e, portanto, o retorno é extraordinário. Ou julgam que se não tivéssemos funcionários motivados, que se respeitam, que se respeita a sua dignidade, que se valorizam, que nós tínhamos o Concelho que temos? Acham que o Concelho que temos, com os indicadores que tem, se faz com preguiça? Não é com preguiçosos, é com trabalho. E nas despesas de representação, com instituições etc., tudo isso, são almoços, são jantares, são momentos de continuidade do trabalho, que hoje é normal em qualquer instituição que naturalmente quer trabalhar. E, portanto, esses almoços ou jantares, ou despesas de representação, naturalmente que têm retorno para o Município. Não é despesa do erário público, faz parte do trabalho, faz parte do trabalho normal. Agora, o que não é normal é um jornalista escrever (isso é que não é normal) que a Vereadora Joana Baptista teve quatrocentas e cinquenta faturas. Até foi posto tudo à frente. Não teve quatrocentas e cinquenta, teve duzentas e cinquenta e uma. Que o Chefe de Gabinete teve duzentas e noventa. Teve duzentas e trinta. Que o Vice-Presidente teve duzentas e noventa e cinco. Teve cento e noventa e sete. Que o Vereador Armando Soares teve cento e vinte e oito. Teve cento e quarenta. Que o Vereador Pedro Patacho teve cento e noventa. Teve cem. Que o Doutor Barreto Xavier, diretor da cultura... eu não sei porque é que se riem, eu estou a falar de um assunto sério. Afinal, isto não é tão sério como parece. Então



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

querem dar seriedade a um assunto destes e estão-se a rir? Não estou a perceber. Setenta e sete. Teve quarenta e nove. A Doutora Irina Lopes, a adjunta do Presidente da Câmara, duzentas e oitenta e sete. Teve seis. Seis... E agora vejam bem, aquilo que o jornalista fez foi chicana. Foi agarrar num conjunto de faturas e dizer: “aqueles tipos só comem lavagante e marisco. Até saquê afrodisíaco”. Eu não sabia que havia saquê afrodisíaco, se calhar, até fui eu que o bebi, mas o saquê, como sabem, é mais barato que uma aguardente. O saké é o vinho japonês, que é comido com o sushi. E o sushi também é das comidas mais baratas que aí estão, mas na realidade o jornalista quis fazer chicana e houve alguns que cavalgaram a onda. -----

----- Ora bem, de mil quatrocentas e quatro faturas... E reparem, eu estou a dizer isto, que o jornalista mentiu, não teve rigor e fê-lo propositadamente e depois o que é estranho, é alguns grupos políticos quererem “cavalgar a onda”, aliás, como cavalgaram na questão da pedofilia, do cartaz da pedofilia. A pedofilia repugna-nos a todos, repugna a sociedade, toda a sociedade portuguesa. Vamos lá ver, não há ninguém que não censure, que não se indigne com a questão da pedofilia, o que é lamentável, é que certos grupos da extrema-esquerda queiram cavalgar a onda e serem eles os arautos da defesa das vítimas da pedofilia. É puro oportunismo. Toda a sociedade portuguesa rejeita e nós rejeitamos isso há muito, desde sempre, e, portanto, o que é lamentável é que numa questão que é transversal à sociedade portuguesa, apareçam grupos de extrema-esquerda a censurar a Câmara Municipal, porque a Câmara atuou corretamente, como o Vice-Presidente já referiu. ---- -----

----- Mas agora vejo bem, depois dá-se a ideia que isto é lagosta e lavagante por todos os lados. Das mil quatrocentas e quatro faturas houve... Eu tinha aqui uma coisa, onde é que está? Das mil quatrocentas e quatro faturas houve cinco faturas, vejam bem, em mil quatrocentas e quatro faturas, houve cinco faturas que têm vinho Pêra-Manca. Vinho branco Pêra-Manca. Mas o jornalista sério, rigoroso, disse Pêra-Manca. Portanto, tinto ou branco? É que há uma diferença substancial. O tinto custa quinhentos euros a garrafa, o branco custa cinquenta e cinco. Há aqui

uma diferença substancial. Qualquer vinho branco da Quinta do Crasto, um Redoma ou não sei quê, custa mais de cinquenta euros. Portanto, este Pêra-Manca branco é um vinho branco banal, não é o vinho branco tinto de quinhentos euros. Mas o jornalista quis deixar a ideia que era Pêra-Manca tinto. Continuem-se a rir, quanto mais se riem, menos razão têm. O nervosismo, vê-se onde está o nervosismo. O nervosismo está em quem quer cavalgar a onda. Nós aqui estamos tranquilos.

-----Ora bem, e sabem quantas refeições destas mil quatrocentas e quatro tiveram arroz de lagosta ou arroz de lavagante? Dezassete. Em mil quatrocentas e quatro refeições, há dezassete que têm arroz de lagosta, arroz de lavagante ou arroz de marisco. Esta é que é a realidade. E, portanto, quer-se dar a ideia de que aquilo era arroz de lavagante e arroz de lagosta todos os dias. Obviamente que nós não vamos dizer a um convidado: “Alto lá, que aí o arroz de lagosta não pode experimentar, não pode avançar”.

-----Mas o jornalista foi mais longe. Devidamente elucidado, não teve pejo nenhum em escrever que havia jantares duplicados, que havia jantares em duplicado. Que a mesma pessoa jantava duas e três vezes, no mesmo dia. Ora bem, esses jantares.... Tenho aqui todos os casos que o jornalista refere. Um jantar no Faustino e no Pombalino. Trata-se de uma encomenda “take away”, com as faturas anexas, estávamos em plena época pandémica (isto no dia oito de maio, de dois mil e vinte), tendo sido encomendado jantar complementar de dois restaurantes diferentes, prática habitual destes gabinetes. República da Carne e Casa Gallega. É um almoço (não jantar), na República da Carne e a outra fatura também de dois mil e vinte, na altura da Covid. Faustino e Tendinha. Na tabela está escrito o número da fatura, embora tenha erradamente escrito na mesma “erro administrativo”. O que é que acontece? Se se vai almoçar e se paga o almoço, a fatura vem com a data em que é emitida, mas se porventura quem vai almoçar não tem dinheiro para pagar e vai lá pagar no dia seguinte, paga no dia seguinte, ou paga a fatura do almoço, mas a fatura vem com um ou dois dias depois no dia do pagamento e, portanto, não há convergência entre uma coisa e outra. Por isso, obviamente que nesta questão, temos tido algumas lições, indiscutivelmente, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

temos essa humildade e as lições é corrigir alguns aspetos que porventura podem suscitar dúvidas. Mas mais, o jornalista foi tão maldoso (não me sai da cabeça que isto foi encomenda) ... e não digam que eu estou a generalizar, não digam que estou a atacar os jornalistas. Não, há jornalistas sérios em Portugal, há jornalistas competentes (mas não são todos) e, portanto, também se diz que em campanha eleitoral, estávamos em campanha eleitoral todo o dia, e tínhamos despesa, almoços de trabalho, etc. Ora bem, exatamente um dos que é dado no dia quinze de setembro de dois mil e vinte e um, realmente em plena campanha eleitoral, dois jantares diz ele, dois jantares é o que está escrito, depois de lhe ter sido dito, reparem bem, do que se tratava. Mas ele não quis ouvir, ele quis pôr a notícia assim, ele quis exatamente criar alarme social, quis chocar as pessoas. Ora bem, o que é que é um jantar? Um jantar é uma fatura de um beberete no Parque dos Poetas, na inauguração da World Press Photo, como sabem, uma exposição que esteve presente no Parque dos Poetas e houve um beberete naquele café, uns pastéis de bacalhau (por acaso aí não foi lavagante), uns cafés, umas águas, etc. Depois há um jantar do Presidente da Câmara com o ex-presidente do Governo Regional do Príncipe, por sinal para discutirmos a questão do financiamento do liceu nacional do Príncipe, que está neste momento a ser feito pela Câmara de Oeiras, Lisboa, Cascais e Amadora. Por aqui se vê, tendo todos esses dados, o jornalista preferiu omitir. Portanto, não há jantares em duplicado e mais, devo vos dizer, que a média das refeições, (incluindo aqui todos os titulares) do Presidente da Câmara.... atenção, não quer dizer que o Presidente da Câmara esteja presente, a fatura é que é titulada pelo Presidente da Câmara. Pode haver um almoço ou um jantar em qualquer restaurante do nosso Concelho com o meu chefe de gabinete, com o presidente da Câmara de Benguela, de São Vicente ou de outro lado qualquer e o Presidente da Câmara não está. Pode haver aqui almoços e há vários de despesas de representação ou de trabalho, que é emitida em nome do Presidente e o Presidente não está.-----

----- A média é vinte e nove euros. Vinte e nove euros é a média de refeições tituladas pelo Presidente da Câmara. Da Vereadora Joana Batista, vinte e oito e cinquenta e quatro. Do chefe de

gabinete, vinte e um e trinta e seis. Do Vice-Presidente, vinte e nove e trinta e cinco. Do Vereador Armando Soares, vinte e seis. Do Vereador Pedro Patacho, vinte e seis. Da Doutora Paula Saraiva, vinte e dois. Do Doutor Barreto Xavier, vinte e seis. Do Vereador Nuno Neto, dezassete. Da Vereadora Carla Rocha, vinte. Da Doutora Irina Lopes, onze. Da Vereadora Filipa Laborinho, dezasseis. Do Doutor Gaspar Matos, chefe das bibliotecas, vinte e oito. Da Vereadora Susana Duarte, oito. Gaspar Matos, vinte e seis. Raquel Santos, vinte e quatro. Teresa Bacelar, oito euros. Doutor Ednilson dos Santos, vinte e um. Doutora Sílvia Breu, vinte e três. Arquiteto Pedro Carrilho, 18. Ricardo Almeida, catorze. O Ricardo Almeida é o meu motorista. Indefinido, depois vem aqui indefinido, trinta e quatro. Em suma, esta é a média das refeições, mas é isto que é objeto.... E estamos a falar, reparem, de duas mil... Estamos a falar de um total de cinco mil duzentas e noventa e três refeições.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Presenças.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

-----“Sim, mil quatrocentas e quatro faturas, para cinco mil duzentas e noventa e três pessoas. Portanto, estão a ver a quantidade de funcionários, sobretudo, de almoços de trabalho etc., e com uma média global de vinte e sete euros por refeição. É escandaloso? Onde é que está o escândalo? Meus amigos, isto é a normalidade. Porque é que querem transformar a normalidade, numa situação excecional? Na verdade, o que é lamentável é que haja quem queira galgar estas coisas. Como veem, está tudo desmistificado, mas eu gostaria só, em jeito de bom humor, terminar dizendo: nós fazemos gala de mostrar os bons restaurantes do nosso Concelho e eu vou-lhes dar a listagem dos restaurantes que nós frequentamos. Há apenas uma exceção de três refeições em Lisboa.-----

-----Ora bem, já foram à Casa Gallega? O arroz de lavagante é maravilhoso. Nos Arcos, o arroz de marisco e o peixe grelhado então, nem se fala. O Astrolábio (mais recente), peixe





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fantástico, peixe grelhado. No Pombalino, arroz de lingueirão único, os bifes fritos e a feijoada. E a Tendinha? Que bifes da vazia maravilhosos. O Sol da Barra, o melhor frango grelhado de churrasco deste país, não falando já nos lagartinhos, que também tem. O Chá da Barra, com os seus pratos do dia, que são maravilhosos. E o Charkoal e todos os restaurantes da marina? A Caçoila, não sei se já visitaram, que pataniscas e peixinhos da horta fantásticos. O Transmontano aqui no Moinho das Antas, que feijoada e cozido à portuguesa. E o Faustino? Que maravilha de peixe e um dos melhores cozidos do mundo. A Leitoaria do Parque dos Poetas (aqui bem perto), até parece da Bairrada. Experimentem. O Xico de Paço de Arcos, que marisco a preços mesmo módicos e mais uma vez, o cozido à portuguesa de excelência. E o Varunca? Que rica gastronomia alentejana. E o Borges? Preço/qualidade, que bom. O Chez Idriss, da melhor comida marroquina, mesmo junto à Câmara. O Pátio Antico? Mamma mia, que boa comida italiana. E ali tão perto a sofisticada Dízima, qual “Chez Saint-Tropez”? A Carula, com os seus pratos tão caseiros e ali tão perto a tradição do Beira Gare, que maravilha de choco frito e o frango da guia. A Marítima, com o melhor bacalhau à Brás e tão democrática. O Queque, no Bugio, que maravilha de frango à zambeziana. Experimentem. O Canejo, na Quinta da Fonte ou o Lazúli, no Lagoas Park. O Sítio da Gente Feliz, em Vila Fria. Tão bom e com destaque pela Forbes como um dos melhores restaurantes do mundo para conhecer em dois mil e vinte. Bom, e logo ao lado, o Rui dos Pregos. A República da Carne, em Porto Salvo. O restaurante da Serul, em Vila Fria, que petiscos e caracóis. Logo ali o rico bacalhau à minhota, o Gomes e a ótima carne de Lafões. E descendo um “pouquinho”, aí está em Barcarena o Rastilho. O Muchacho, o Sabores Transmontanos. E a Parreirinha em Tercena ou a Maria Pimenta na Fábrica da Pólvora? E o Malagueta, tão bom nos petiscos? E o Orelhas? Da melhor comida do planeta... de panela, não é do planeta, deste país, com uma garrafeira de excelência? E em Caxias, a Curva, que sabor alentejano. E a Mercearia do Peixe? Extraordinário. O centro cívico de Carnaxide e o centro histórico, com o Astúrias, o Frango da Guia e o Chafariz de São Romão. Já foram lá, ao Chafariz de São Romão? O Armazém do Vinho,

o último restaurante a abrir no nosso Concelho, no Alto dos Barronhos, espetacular e inovador. O Cantinho de Linda-a-Velha. Já provaram as iscas fabulosas e a feijoada única? O Palmeiras, com ótimos churrascos. E o Horácio? Quem conhece o Horácio? Que comida à portuguesa fabulosa. E a comida farta do Brasa de Sassoeiros, em Linda-a-Velha? Também há a boa gastronomia transmontana: o Infante com o cozido à portuguesa, os bons enchidos ou o famoso rodeão. Sabem o que é o rodeão? Sei que noventa por centos dos senhores deputados não sabem o que é o rodeão. Não sabem, mas vão experimentar o rodeão, não só no Infante, porque mais abaixo, justamente além do Infante, tem na Cozinha, na Avenida dos Combatentes, também tem bom rodeão (entre fabulosas carnes) e depois, mais abaixo, o Relento e a Marisqueira de Algés. .... da Major Afonso Palla, como é o caso do Petit. -----

-----Já do outro lado da linha, o La Siesta. É em Oeiras, não sei se sabiam. E do lado de cá? O Caravela. E tantos outros mais, que são e fazem as delícias da boa gastronomia portuguesa, que oferecemos aos que nos visitam ou connosco trabalham. -----

-----Senhoras e senhores deputados, continuaremos a servir, continuaremos a fazer almoços de trabalho, continuaremos a fazer almoços de representação. É este o ridículo que quiseram fazer na “silly season” aqui de Oeiras, mas realmente esquecem-se que tudo isto se traduz em trabalho, tudo isto se traduz em motivação, tudo isto se traduz em ganhar mais-valias, mais qualidade de vida para o nosso Concelho e não são mentirosos e quem não tem o mínimo rigor, que nos vai condicionar. É lamentável, de facto, que haja na Assembleia Municipal quem embarque nisso. -----

-----Para terminar... Bem, eu já disse tudo. Julgo que se alguém tinha dúvidas sobre a justificação, a justificação está dada, posso vos fornecer esses dados a todos e, portanto, estamos a falar de uma média de refeições de vinte e nove, onde é que está o lavagante? Parece que estávamos todos aqui esfomeados de lavagante. Naturalmente tudo isto é ridículo, tudo isto é uma forma de fazer chicana e é assim que a política se descredibiliza, porque os senhores deputados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

antes de se pronunciarem, deviam ter-me ouvido ou deviam ter perguntado à Câmara Municipal. Não, vão logo na onda e dizem que estamos a desperdiçar o erário público. Não, nós não desperdiçamos o erário público, nós utilizamos o erário público para dar qualidade de vida às pessoas e os funcionários da Câmara, as pessoas que trabalham connosco, os dirigentes da administração pública, quem nos visita etc., sabe como nós trabalhamos e o cidadão também tem esse conhecimento. -----

----- Relativamente à Jornada Mundial da Juventude, só queria dizer duas notas. Quero expressar aqui o meu reconhecimento ao Governo, porque Oeiras tem muitos católicos, também terá muita gente que não é católica, é certo é que tivemos o Papa em Oeiras. Não é qualquer terra que se pode gabar de ter o Papa.... Lisboa e veio a Oeiras. Percorreu as ruas de Oeiras e se isso aconteceu, foi porque o Governo, num determinado momento, entendeu que a Câmara Municipal... não foi a Igreja, nem foi a Câmara de Lisboa que trouxe o Papa a Oeiras. Foi o Governo que, num determinado momento, entendeu que não estavam reunidas as condições em Lisboa para que todos os factos e acontecimento se verificassem lá (o encontro com italianos, o encontro com franceses, o encontro neocatecumenal e o encontro com voluntários) e, portanto, solicitou à Câmara Municipal a nossa disponibilidade para recebermos o Papa e, portanto, é uma honra, foi uma honra para Oeiras este acontecimento, e naturalmente que... Só em fevereiro é que estabilizou a situação da vinda do Papa, da Jornada Mundial da Juventude, e como calculam, se fôssemos fazer concursos públicos em Fevereiro, naturalmente que seria para a Jornada Mundial da Juventude da Coreia do Sul, não para a Jornada Mundial da Juventude, em agosto deste ano. Portanto, nós tivemos seis meses apenas para preparar aquilo que em Lisboa, de facto, e Loures, demoraram quatro anos, mas, mesmo assim nós... E isso é que eu esperava, era ao menos um elogio. Como é que a Câmara Municipal?... Vejam bem, o esforço dos nossos trabalhadores.... Vá lá, ao menos alguém perguntou se as horas extraordinárias foram pagas. Neste Concelho, as horas extraordinárias são sempre pagas, aliás, nós até, o Presidente da Câmara tem que estar sempre a fazer despachos excepcionais,

a excepcionar a situação, porque do ponto de vista legal, só podem fazer duzentas horas. Portanto, as horas extraordinárias são sempre pagas. Sempre. O que eu esperava eram elogios, era uma grande..., hoje seria um dia de festa, mas eu desconfiei logo quando cheguei aqui, até parecia a ação que fizemos anteontem, que houve aí alguém que disse que eu estava sisudo. Curiosamente, olho para esta plateia e realmente estão todos..., parece que não tiveram férias, parece que estão todos cansados, não sei o que é que aconteceu. É a imagem que dão, a imagem que transmitem, é realmente de que estão cansados.-----

-----Ora bem, na realidade, os trabalhadores da Câmara fizeram um trabalho notável, todos aqueles que estiveram envolvidos, porque em seis meses, vejam bem, fizemos o que outros demoraram quatro anos a fazer. Obviamente, só podíamos fazer ajuste direto, não havia tempo para fazer concursos públicos. Mas atenção, cumprimos a lei. -----

-----Finalmente, o problema dos transportes. É claro que um milhão de pessoas ou um milhão e meio geram sempre problemas e caos nos transportes, mas há uma coisa que também gostava que elogiassem. Já se questionaram como é que foi possível trazer trinta mil jovens voluntários do Trancão, aqui para Oeiras, para o terraplano de Algés? E esse trabalho fez-se em três horas. Envolveu Governo, envolveu as instâncias do Governo...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, chamo-lhe a atenção para o seu tempo de intervenção, largamente ultrapassado.”-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“Estou a terminar, já disse tudo aquilo que ia...-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), esteve inscrita, depois disse que afinal já não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

queria usar da palavra. E agora? Quer usar da palavra agora, é?" -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** disse o seguinte:-----

----- “Quero. Tenho três minutos para o fazer. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente, cumprimento-a...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não, desculpe, só estava a perguntar se queria, ou se realmente era um lapso...” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Queria sim.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Porque está inscrita. -----

----- Diga, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Está inscrita a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD).”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “É só para mostrar a normalidade dos almoços e jantares. -----

----- Acabei de chegar aqui, vejam bem, e dois minutos antes de chegar aqui, vêm-me com esta informação. Querem ver? Isto acontece todos os dias. Esta informação diz assim... Até é uma coisa que ali a extrema-esquerda vai gostar, por acaso até veio mesmo a calhar. -----

----- “Nos últimos anos, os mercados municipais têm vindo a demonstrar uma inversão negativa, exceto nos transformados parcialmente em polos de restauração. Resumidamente, esta queda deve-se ao excesso nas redondezas de oferta de todo o tipo de produtos, com preços mais competitivos, comodidade no serviço e das instalações, estacionamento, etc., mercados.... tal deve-se à falta de investimento”. E por aí fora. -----

-----Análise: “Foi com esta dinâmica que o presente mandato abraçou o projeto FoodLink, que nós até tínhamos... depois houve uma proposta da Vereadora Carla Castelo, mas já estava a decorrer até o processo.... Porque é que não aderíamos ao FoddLink? Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, a qual se apoia nas políticas de ordenamento do território. A expetativa é de que esta rede possa assegurar até dois mil e trinta, cerca de quinze por cento do aprovisionamento alimentar desta Área Metropolitana. Partindo do projeto europeu Horizonte dois mil e vinte ROBUST (Rural-Urban Outlooks Unlocking Synergies), cujo período de incubação decorreu entre dezanove e vinte e um, a FoodLink integra agora vinte e nove parceiros, entre os quais a própria Área Metropolitana de Lisboa, o ICS-UILisboa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e a Direção-Geral do Território (DGT), bem como municípios e associações e empresas ligadas ao sector alimentar. Esta é a primeira rede portuguesa a juntar planeamento da transição alimentar às políticas de ordenamento e de desenvolvimento territoriais, com suporte na CCDR, para reduzir a pegada carbónica e a necessidade de transporte, aproveitar melhor os recursos (água, energia, biodiversidade), melhorar a alimentação e a qualidade dos produtos, diminuir o desperdício e promover a inclusão social, a lógica de proximidade, o comércio mais justo, a paisagem e o bem-estar e qualidade de vida”. Como veem, nada se faz sem jantares. Vão ver, nada se faz sem jantares. “Nesta perspetiva e da mesma forma que outros municípios já receberam os diversos parceiros, o presente mandato formulou a intenção de organizar um dia de trabalho da FoodLink, no Concelho de Oeiras, para o dia dezasseis de outubro. A receção será às dez horas no Casal da Manteiga, com visita guiada à adega, seguindo-se visita à Adega da Quinta do Marquês, com prova de vinho Conde de Oeiras e almoço de catering neste espaço às treze horas, visitando cada um, um pouco antes, o Lagar de Azeite. Pelas catorze e trinta até às dezassete e trinta, será realizada na sala do salão nobre do palácio... a entrada após a escadaria principal, uma seção de trabalhos inerente à Rede FoodLink, a apresentação do projeto “mais polinizadores, mais biodiversidade no Município



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Oeiras”, pela Doutora Sílvia Breu e assim como os restantes projetos do Município ligados ao setor alimentar”. Ora bem e com estas coisas, então, “No sentido da receção à FoodLink, para o dia dezasseis de outubro, solicita-se a devida comunicação à arquiteta..., Doutora Vera Carvalho para providenciar o catering e meios audiovisuais para cinquenta pessoas”. Como veem, não se faz nada sem almoços. Vim para aqui e acabei de autorizar cinquenta almoços para a FoodLink. Portanto, meus senhores, deixemo-nos de situações ridículas, a vida é assim. A normalidade da vida de um município faz-se assim. Não vale a pena estarem aqui a querer cavalgar ondas, porque a Câmara Municipal de Oeiras irá continuar a trabalhar... Não é como alguém aqui diz, que esperava que se justificasse o mal feito e a utilização do erário público, para este tipo de despesa. Este tipo de despesa é reprodutiva, este tipo de despesa tem a ver com a dignidade das pessoas, tem a ver com o trabalho não remunerado, porque enquanto estão a almoçar e estão a trabalhar, não estão a receber, não estão a ganhar. Parece que não se fala nisso. As pessoas estão a almoçar, na hora do almoço estão a trabalhar, ninguém lhes está a pagar por o trabalho que estão a fazer. Mas isto é só passar a “mão pelo pêlo” aos funcionários e não reconhecer o seu trabalho e a sua dignidade? É disso que estamos a falar. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faça favor.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Já estava inscrita antes de a Senhora se ter inscrito.” -----

**3.16. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente e antes do meu tempo começar a contar eu queria

fazer um requerimento à Mesa por favor. -----

-----Senhora Presidente, requerer-lhe que junto da Câmara, diligencie a obtenção de uma cópia do despacho cento e dois de dois mil e vinte e três, datado de quatro setembro, onde o Senhor Presidente, após estes factos todos vindos a público, procura que dentro da Câmara sejam seguidas algumas regras e sejam seguidas algumas contenções. Portanto, pedir que seja distribuído por todos os deputados municipais este despacho, para que fiquemos elucidados sobre efetivamente quais são as novas regras adotadas pelo Município, relativamente a estas refeições, aos take away, ao Moet & Chandon, ao arroz de tamboril, ao arroz de lavagante, etc., está bem Senhora Presidente?...-----

-----Agora, entrando na minha intervenção propriamente dita, dizer que acho que não vale a pena estarmos preocupados se houve comparação com outros concelhos, com outros municípios, porque efetivamente se isto acontece uma vez ou se acontece vinte vezes, a gravidade comparativa não vem tratar esta causa de forma diferente, portanto, parece-me a mim, que saber se se passa o mesmo ou não noutros municípios, falamos de Oeiras e, portanto, é aqui que interessa resolver esta questão. -----

-----Só para terminar, dizer que o problema de usarmos as médias no valor das refeições, para justificarmos uma determinada normalidade é muito perigoso, porque aquilo que a matemática nos ensina, no que diz respeito à matéria das médias, é que se eu comer uma pizza inteira e comparar com outra pessoa, efetivamente ainda que a outra pessoa não tenha comido a pizza, em média comemos cada um metade da pizza e, portanto, é preciso ter cuidado com esta questão de ligar as médias à normalidade, porque, às vezes a matemática não nos resolve estas questões.-----

-----Por fim, dizer ao Senhor Presidente que tenho a certeza que os próximos concursos para admissão de novos funcionários da Câmara vão ter muitas candidaturas, porque quando as pessoas que se candidatarem, souberem que de facto, há este tipo de incentivo aos funcionários





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que quando não trabalham, podem beber Moet & Chandon e comer arroz de lavagante, eu estou certa de que as candidaturas serão num número astronómico. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

**3.17. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Agradeço que reponham o meu tempo, considerando que eu não cheguei intervir. Está dois e cinquenta e oito, eu tenho três minutos. Obrigada. - -----

----- Boa tarde a todos. Aquilo a que acabámos de assistir nesta Assembleia Municipal, com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, é no mínimo lamentável. ---

----- O Senhor Presidente vem aqui justificar-se de um conjunto de almoços com uma panóplia de menus de restaurantes, todos eles (ou a maior parte deles) restaurantes aos quais a maior parte dos oeirenses provavelmente nem sequer consegue aceder, como se isto fosse a normalidade comum da direção de um município andar a ir almoçar a sítio A ou sítio B. As reuniões de trabalho fazem-se em salas de reuniões. É normal haver almoços de representação? É. Feitos com a devida contenção, daquilo que é um município que se pretende que seja gerido com zelo e com a devida consciência, de que se está a utilizar dinheiro dos oeirenses, dinheiro dos contribuintes e aquilo que a Câmara Municipal de Oeiras faz, é não só abusar desse dinheiro, nomeadamente em coisas como obeliscos, fóruns municipais, gastos absurdos em comunicação marca Oeiras Valley e coisas do género e almoços, neste caso “à grande e à francesa”, sejam eles mil, sejam cem almoços, tenham sido apenas dez. -----

----- Há aqui uma situação em que se abusa da confiança das pessoas, dos contribuintes, utilizando dinheiros públicos para essas atividades que não deixam de ser, por mais que tente justificar que são almoços de trabalho, mil e quatrocentos almoços vão muito além de reuniões de trabalho. E as reuniões de trabalho, mais uma vez, se se pretende ter reuniões de trabalho, têm-se em salas de reuniões, não em almoços deste género. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Chegámos ao fim deste ponto do Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos entrar na Ordem de Trabalhos, no Período da Ordem do Dia.”-----

#### **4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

##### **4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 580/2023 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa à Aprovação Final da Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras (PPE) (Os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)** -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Regressamos hoje após esta pausa que para além de nos permitir algum descanso, também nos ajuda com o devido distanciamento a avaliar situações e a nossa intervenção política.

-----Começamos este terceiro ano de mandato com a proposta quinhentos e oitenta de Revogação do Plano de Pormenor do Espargal. Num processo longo que todos estarão recordados e que por isso também não irei perder tempo a elencar, mas cujo último episódio foi o adiamento da proposta na reunião de vinte e cinco de julho, que segundo o Presidente, não foi por pressão dos cidadãos, não foi porque foram apresentadas propostas e pedidos nesse sentido, mas sim porque o PSD tinha dúvidas. Foi assim que no dia um de agosto (uma semana depois da última Assembleia) foi realizada uma reunião com o arquiteto Serpa, com o PSD e com a Iniciativa Liberal. Reunião essa a que o Evoluir Oeiras pediu acesso para estar presente e tirar as suas próprias dúvidas e o acesso foi negado pelo Senhor Presidente Isaltino Morais. Esperamos então que pelo menos as dúvidas do PSD tenham sido devidamente esclarecidas e que hoje todos votem em consciência. -----

-----Dia cinco de setembro foi então realizada a Sessão de esclarecimento sobre a Unidade de Execução do Espargal onde vimos mais uma vez o que é o modelo de participação pública que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o Senhor Presidente aceita: uma sessão pública depois da Unidade de Execução já estar aprovada em Reunião de Câmara e no modelo “falamos todos e eu respondo no fim”, sem que haja direito de resposta ou até ao cabal esclarecimento das dúvidas. Criticamos ainda o facto da sessão ter sido limitada a uma sala fechada, quando a mesma sala tinha todas as condições técnicas para que a sessão fosse então transmitida. Portanto continua a ser importante para o Município transmitir sessões e entregas de medalhas, mas não esclarecer a população afetada pelo projeto. -----

----- Ontem na reunião de Câmara o Vereador do Evoluir Oeiras Duarte Mata lamentou todo o processo do Espargal, mas ouvimos também de outros vereadores que a Câmara estava de parabéns pela iniciativa da sessão, esquecendo-se que a sessão foi realizada mais de meio ano depois dos moradores a terem requerido em Petição, ouvimos a Vereadora do PS indicar que a sessão tinha cumprido os objetivos. E outros Vereadores do INOV e o Presidente a indicar que os cidadãos são instrumentalizados, que as pessoas ficaram satisfeitas com a Sessão, que houve um cidadão a fazer um comércio e que a Sessão não foi transmitida porque para “chicana política bastava ali”. -----

----- Pois, pelo Grupo Político Evoluir Oeiras a sessão não foi esclarecedora já que as questões técnicas ficaram por responder e assistimos até à vitimização para evitar responder a questões técnicas, bem como as outras questões foram englobadas no discurso tipo cassete a que já estamos habituados de que “somos o melhor município do país”, “bla bla bla erradicámos as barracas” como de costume, esquecendo-se completamente do processo que ali estavam a esclarecer. Lamentamos ainda que até hoje o Município não tenha então respondido às quase duzentas participações públicas deste projeto. Pelo Grupo Político Evoluir Oeiras, os moradores do Espargal mereciam outra atenção e tratamento, além do desprezo a que foi votada a sua iniciativa de promover um debate público e alargado desde fevereiro, que culminou na sessão completamente inócua a que assistimos. -----

----- Lembramos que estes moradores, tendo até criado uma associação, devem ser

envolvidos daqui em diante em todas as reuniões que surjam sobre este processo para que possam dar os seus contributos, sejam elas realizadas pela Câmara Municipal ou pela União de Freguesias.

-----Consideramos que o anterior Plano Pormenor desta zona é desadequado e não responde às necessidades das populações, estando desajustado para o local e deveria ser revogado, pois tem enormes custos para os residentes da envolvente. A Câmara Municipal de Oeiras como anterior detentora dos terrenos sobrantes, devia ter mantido o terreno na sua posse e podia ter aqui localizado um equipamento, controlando o desenho urbano global sem pressões adicionais senão a de gerar a melhor solução possível. -----

-----A reformulação do Plano de Unidade do Espargal devia ter sido pensada, de acordo, antes da alienação do terreno por parte do Executivo da Câmara em dois mil e vinte. Podia ter revogado o Plano e adequá-lo à realidade atual. A Câmara Municipal tinha então instrumentos para definir a uma Unidade de Execução que abrangesse terrenos localizados por exemplo a sul do Moinho das Antas, de forma a amortizar os elevados índices urbanísticos da zona.-----

-----Em vez disso decidiu vender o terreno com capacidade construtiva à luz dos anos oitenta ou noventa.-----

-----Este projeto, com as alterações propostas a um projeto de quarenta anos, é um enorme erro ambiental para o território do concelho de Oeiras, e em particular para a zona envolvente, com implicações ambientais, patrimoniais e na rede viária muito negativas. Em suma, continua a ser uma má solução que nasce desde o momento em que a preocupação do executivo foi alienar um solo municipal e não desenvolver uma solução de amortecimento do excesso de edificação, mas sim gerar lucros para terceiros. -----

-----Muitas questões continuam então por responder e novas questões surgiram agora na sessão pública, por exemplo que tudo isto se insere numa zona de reabilitação urbana com benefícios fiscais para o promotor, mas também documentação que nunca nos foi fornecida.

Faremos assim, para terminar, um requerimento a colocá-las todas as que sejam devidamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esclarecidas de acordo com a lei e os seus prazos. Requerimentos esses que entregaremos em breve.-----

----- Da nossa parte continuaremos a lutar por um urbanismo sustentável e pela auscultação e envolvimento dos munícipes nos projetos com impacto nas suas vidas. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Antes de entrar naquilo que é o caso concreto do Espargal, será no mínimo relevante definir aquilo que é a posição da Iniciativa Liberal, relativamente a questões de construção e urbanismo, e há duas questões que são muito importantes. Primeiro, nós defendemos a construção em altura em determinadas condições, porque isto implica uma forma de reduzir custos e permitir que haja mais acesso à habitação. Por outro lado, somos intransigentes no que diz respeito à transparência e à boa gestão e, portanto, defendemos a clareza e o rigor dos processos e que os próprios projetos possam ser alvo de escrutínio e discussão, garantindo assim que os direitos dos cidadãos estão sempre defendidos. -----

----- Em relação ao projeto em si, há uma série de dúvidas que suscitam. -----

----- Do ponto de vista do urbanismo, a Câmara avançou com a possibilidade da construção em altura de prédios de dezanove andares, criou uma expectativa aos investidores e enquanto isso, defraudou os munícipes sem lhes prestar quaisquer esclarecimentos, ou discutir os impactos que se farão sentir na área. O Executivo tem afirmado sucessivamente que a área de construção mantém-se a mesma, no entanto, a minuta do contrato diz claramente que a área das varandas não conta para a contabilização dessa área, o que constitui, obviamente, uma violação da lei e não deixa de configurar uma forma dissimulada de aumentar a área de construção. Ao inserir numa área já edificada com muita densidade, sem que a envolvente tenha sequer prédios com alturas superiores a nove andares, o projeto inicial contava com duas torres de dezanove andares, o que

obviamente vai contra os princípios de enquadramento urbanístico, que deveriam ser acautelados. Se o abatimento de uma das torres (já que uma delas foi deitada abaixo), melhora as questões de exposição solar e do sistema de vistas, continuam ainda assim uma série de questões em aberto. -

-----No que diz respeito ao enquadramento urbanístico, deve ser assegurada a manutenção do eixo com a bacia de visibilidade e há depois aqui uma questão fundamental do ponto de vista da mobilidade, porque ao nível dos impactos, na mobilidade, também as vias de acesso não foram consideradas de forma a absorver o impacto desta edificação, que conta ainda com as questões levantadas pela construção dos empreendimentos Moinho das Antas, Antas Sul, Fórum Oeiras e do loteamento da Fundação. Portanto, espera-se que o impacto seja brutal. -----

-----O estudo de tráfego que avalia este impacto, foi feito durante a pandemia e atualizado através de algoritmos, sendo que existem dúvidas legítimas quanto à sua adequação à realidade. O próprio estudo de tráfego refere que o empreendimento aumenta a utilização do automóvel, considerando que não há alternativas de transportes coletivos e de mobilidade suave. -----

-----Outra questão diz respeito ao investimento que foi feito pela Câmara de quarenta milhões no Parque dos Poetas, com o objetivo de ter um corredor verde entre o norte Paço de Arcos e as Fontainhas para aproveitar, tal como referido em informação de Câmara, a vista deslumbrante sobre o rio e o Atlântico. A Câmara Municipal de Oeiras, ao promover este projeto aborda a questão de um corredor verde, que, no entanto, tem apenas quatro metros e não constitui qualquer valência, quer em termos ecológicos ou urbanísticos. -----

-----Quanto ao risco de cheias, também se verifica que na zona existe um lençol de água abundante e não temos dados sobre o que está previsto fazer face aos riscos de cheia, sobretudo quando a edificação terá garagens abaixo do nível do solo, quatro níveis. Os vizinhos dos prédios da zona já referem a dificuldade de utilização das garagens próximas, por ser uma zona com infiltração de água. -----

-----A IL defende que a construção em altura é uma solução que tem vantagens



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comprovadas, seja pela redução do custo de construção, seja pela menor ocupação dos solos que proporciona, seja ainda porque a maior densidade permite otimizar as infraestruturas de mobilidade entre outras. No entanto, a edificação em altura tem de ser enquadrada em termos urbanísticos e harmonizada com a malha urbana existente, algo que claramente neste caso não se verifica, considerando o enquadramento atual. Este projeto poderia ter sido alvo de uma discussão séria e responsável com os habitantes das zonas envolventes. Foi por isso, uma oportunidade falhada da Câmara Municipal de Oeiras de criar um planeamento integrado para a zona, com o envolvimento de todos e acautelando acima de tudo os impactos que esta construção pode ter na zona envolvente.-----

----- Obrigada.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O PSD pediu oportunamente uma reunião, ou melhor, esclarecimentos sobre esta proposta, nomeadamente porque, de facto, ela é complexa, não tanto em si mesmo, mas porque todos desejam a revogação do que existe, mas ninguém, ou aparentemente muitos, não desejam aquilo que parece ser o futuro. Ou seja, estamos todos de acordo com uma situação, há que revogar o que existe, mas já não estamos todos de acordo com aquilo que devia ser. -----

----- De facto, foram elencadas várias situações que necessitavam de esclarecimento. O PSD colocou a questão e naturalmente (e bem) a Câmara anuiu e nesse espaço de tempo, não só nós, como outros partidos políticos estiveram presentes nesse esclarecimento, dado por técnicos e que foi acompanhado por imagens, como também naturalmente, foi aproveitado para esta semana e uma vez mais, procurar esclarecer-se os interessados neste projeto. -----

----- Ora bem, a situação é uma situação que importa começar por dizer o seguinte: o PSD, tal como a Iniciativa Liberal, entende que a construção em altura é de facto o futuro, porque ao construirmos em altura, para além de outros aspetos de ordem urbanística, há uma coisa que é real:

liberta área importante que pode ser usufruída pelos cidadãos, por todos, pelo coletivo. É um momento em que cada vez mais a terra é curta para todos nós e impõe-se construir em altura. ----

-----É natural que esta construção em altura exija alguns condicionalismos e o respeito pelas leis existentes, o que neste caso foi tido em conta e, portanto, nessa matéria, entendemos que estão preenchidos os requisitos para esse futuro projeto. A Câmara foi sensível, contudo (e bem), àquilo que era a vontade de muitos dos moradores, muitos deles aqui presentes hoje, o que revela o seu interesse e passo a expressão, “deitou” uma das torres.-----

-----Esse aspeto acho que, por um lado, demonstra claramente a vontade da Câmara em satisfazer, na medida do possível, os interesses das populações particularmente aqueles que mais perto se encontravam dessa segunda torre, sem deixar, naturalmente pôr no fundo, como objetivo aquilo que sempre foi ou seja, que o promotor construa e este é que é o cerne da questão. -----

-----Eu vi o comunicado que foi publicitado a chamar, a apelar a presença das pessoas nessa última sessão de esclarecimento nesta semana e três aspetos me chamaram a atenção. Em primeiro lugar, era o problema das vistas do Bugio que eram tiradas, em segundo lugar era o problema do Parque dos Poetas, que também era prejudicado e depois era o problema das sombras. Eu peço imensa desculpa realmente aos interessados, mas parece que isto é muito pouco para pôr em causa um projeto com aquelas características. E porquê? Porque infelizmente, nós vivemos num concelho urbano. Já foi um concelho rural. Há trinta/quarenta anos era um concelho rural, nós éramos um dormitório de Lisboa. Hoje não somos, hoje somos um concelho urbano com todas as vantagens e inconvenientes que daí resultam. E um dos inconvenientes é exatamente este, ou seja, que à medida que a construção avança, há sempre alguém que fica prejudicado. Para não ficar prejudicado e não perder a vista, naturalmente, teria que ir para a primeira linha. A situação é esta, estamos confrontados com esta realidade, não é só aqui, é em todo o mundo, é em todo o país e em todas as cidades, particularmente as cidades do litoral e vilas. -----

-----Por outro lado, a questão das sombras que poderiam, de facto, pôr em causa os





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

interesses das pessoas que habitam mais próximo dessa segunda torre desaparecem quando esta é deitada e a segunda não põe em causa, até em termos legais, esse direito que todas as construções contíguas têm. Quanto ao Bugio bom, naturalmente, acredita-se que alguém perca essa vista, como muitos outros a perderam. -----

----- E já agora, deixem-me chamar a atenção para uma coisa, só para recordar um movimento idêntico que há alguns anos apareceu neste Concelho, a propósito daquilo que se chamava o “mamarracho do Parque dos Poetas” e, de facto, os fundamentos que na altura foram invocados para colocar em causa esse empreendimento, por parte de moradores do Parque dos Poetas, é infelizmente, o mesmo que..., assemelha-se àquilo que são hoje os fundamentos. Era a perda de vistas, era a sombra, era o não respeitar a construção em altura. Foi um processo que chegou a tribunal, a Câmara nem sequer se envolveu nisso, atenção, foi um processo entre os interessados e o próprio promotor que sofreu bem essa situação. Hoje em dia, o projeto está concluído, o prédio está concluído e toda a gente usufruí do mesmo, bem assim como dos espaços comerciais. -----

----- Esta é que é a realidade, nós temos que ver mais além daquilo que é o momento presente. Se assim não fosse, hoje toda a gente continuaria a criticar aquilo que foi uma obra do regime do professor Cavaco Silva, o Centro Cultural de Belém, que hoje é aproveitado por todos ou seja, nós temos que ter a capacidade de ver além do momento presente e é isso que eu peço às pessoas, àqueles residentes ali na zona, que acreditem, de facto, que aquele projeto que hoje pode parecer muito criticável, acabará por ser usufruído por todos de uma forma coletiva. -----

----- Aliás, há uma coisa que importa dizer: esta Câmara (e não é de agora) há muito que nos habituou àquilo que nós chamamos “qualidade de construção” e a qualidade de construção implica qualidade de vida ou seja, não se constroem neste território (eu não queria chamar, mas tenho que o fazer)... àquele tipo de construção que, infelizmente, encharcou alguns dos concelhos limítrofes ou contíguas a Oeiras. Nós temos de ter essa capacidade. Do ponto de vista técnico,

nada a apontar; do ponto de vista legal, nada a apontar e conseqüentemente, o que está em causa aqui são alguns prejuízos para os cidadãos, mas a Câmara de Oeiras, como qualquer força política, tem que entender que mais importante que o individual e o particular, é o coletivo e importa, de facto, construir para o Concelho, importa construir para todos. E porque é que eu digo isto (e termino rapidamente)? É porque criar ali um jardim - que seria ótimo, eu também gostava -, o problema coloca-se é que além do Parque dos Poetas, que é o jardim que todos nós conhecemos, a Câmara de Oeiras tem que ter ganhos de causa, para quê? Para poder depois criar construção para aqueles que mais necessitam. Esta é que é uma realidade que convém não obliterar. Ou seja, aquilo que são determinadas vendas (e a Câmara de Oeiras não é virgem nesta matéria, outros concelhos o fazem) destina-se fundamentalmente, depois a permitir a construção de habitação social, como, aliás, enfim, está a acontecer e ainda esta semana foi alvo de visitas por parte do ministro. --- -----

-----Em suma, isto para concluir, o PSD está confortável com aquele projeto e irá votar favoravelmente o mesmo.” -----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A construção em altura tem todas as vantagens”, não sei se as palavras foram exatamente estas, mas a ideia transmitida pela Senhora Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, foi essa. Mas as vantagens pelos vistos desaparecem automaticamente, quando presente que pode tirar algum proveito numa bolsa de descontentamento de um pequeno grupo de moradores, a partir desse momento, as vantagens liminarmente desaparecem. E desaparecem ao ponto de se transformar no arauto de todos os argumentos que têm sido (todos menos um, eu já direi qual) que esse grupo de moradores se tem cansado e farto de divulgar, a última vez das quais foi exatamente nesta Assembleia, onde durante duas horas, todos os cidadãos presentes tiveram a oportunidade de dizer tudo quanto lhes ia na alma, tivesse a ver ou não com o assunto em questão, que era o problema das torres do Espargal. E convenhamos, muito mais de metade do tempo da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervenção desses moradores, não disse respeito à questão do Espargal, mas disse respeito à política global de edificação e política urbanística deste Concelho, questão que não estava em discussão (acho eu).-----

----- Não deixa aliás, de ser curioso que, perante tanta necessidade, perante tanta falta de informação, como de forma geral e abundantemente se dizia, e que é aliás, aqui já foi referido hoje, a existência de uma gritante falta de informação dos moradores sobre aquilo que estava em cima da mesa e daquilo que se iria construir, nesta sessão de dia cinco, que aliás começou com a intervenção de dois arquitetos da Autarquia que de uma forma perfeitamente clara, explicaram todo o processo evolutivo desde o início do processo, toda a evolução do processo e tudo aquilo que estava em causa, afinal quando o Presidente da Autarquia ia responder a todas as dúvidas suscitadas, engraçado, os principais promotores, as pessoas que mais exigiram, que mais conscientemente têm proposto esta Sessão de Esclarecimento, desapareceram. Afinal já estavam informados, desapareceram, abandonaram a sala. Não deixa de ser significativa a honestidade intelectual demonstrada nesta Sessão de Esclarecimento, que está ao mesmo nível, está à mesma altura, da idoneidade com que foi elaborado pela mesma Comissão de Moradores, um célebre cartaz, distribuído por todas as caixas de correio (à minha também chegou e garanto-vos, eu moro muito longe do Espargal, moro em Caxias, não moro na zona do Espargal), onde claramente, e de uma forma profundamente ostensiva, foi deformada a imagem que os dois edifícios que irão ser construídos, projetavam na paisagem de qualquer cidadão. Essa contradição, ou melhor, essa desonestidade que tinha como único objetivo provocar...se eu morasse na zona e acreditasse naquela “fake news”, como nessa Assembleia foi apelidada, se eu acreditasse naquela “fake news” eu também ficaria revoltado. Agora, de facto, a honestidade com que todo este processo foi desencadeado e evoluiu, é gritante, e torna-se mais gritante ainda, quando são exatamente as pessoas que utilizam processos deste género, que vêm aqui reclamar da falta de honestidade e da falta de transparência do Executivo e dos técnicos da autarquia. -----

-----Só apenas mais uma palavra, para reforçar as palavras do Senhor Deputado Jorge Pracana do PSD, quando lembrou, muito bem, que os habitantes deste Concelho não são todos iguais aos moradores da área do Espargal. Há em todo o Concelho, muita gente que não tem as mesmas condições económicas, que não se sentiria prejudicado, pelo facto de alguma coisa lhe perturbar a onda de calor, ou a luminosidade durante um pequeno período do dia. Aliás, se isso fosse acontecer, provavelmente noventa por cento dos habitantes deste Concelho já estariam a reclamar que fossem cortadas a generalidade das árvores que existem ao longo das ruas deste Concelho, e diga-se de passagem, este Concelho é o Concelho mais verde da Área Metropolitana de Lisboa, reclamariam porque essas árvores tiram-lhes a luz solar (eu pessoalmente seria um dos queixosos. Não vou pedir que me cortem as árvores em frente à porta de casa, por me retirarem parte da luz solar durante uma parte do dia, em alguns períodos do ano e no inverno isso acontece).

-----É por isso, é com esta política, é com esta política habitacional, que nos permite fazer uma coisa, que nos permite que enquanto a nível nacional, quase todos os partidos políticos discutem neste momento o pacote da habitação, em Oeiras não estamos a discuti-lo, em Oeiras estamos a construir, estamos a resolver os problemas daqueles que não moram na zona do Espargal, daqueles que têm dificuldades de habitação, daqueles que não têm uma vida digna, porque lhes falta exatamente o principal ponto de dignidade, uma casa com dignidade onde possam habitar. E esse deve ser o principal objetivo da política habitacional deste Executivo. -----

-----Eu apelo que assim continue.”-----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) referiu o seguinte: -----

-----“A utilização dos terrenos das antigas oficinas municipais do Espargal, para uma ocupação urbana de alta densidade, com usos pouco diversificados, predominantemente habitacionais e integrados numa lógica de mercado imobiliário, altamente especulativo como o que vivemos hoje em Oeiras, na Área Metropolitana de Lisboa e no país é, e sempre foi, repudiada pela CDU.

-----Estivemos sempre contra a alienação destes terrenos pela Câmara Municipal de Oeiras,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

na perspetiva da sua urbanização de acordo com a capacidade de edificação do Plano de Pormenor do Espargal, defendendo em alternativa a implementação de modelos de menor densidade, como a oferta muito significativa de espaços abertos e de equipamentos de interesse coletivo, e integração de habitação de promoção municipal. -----

----- O que votamos hoje, não é a proposta de urbanização alternativa apresentada para estes terrenos. Esta proposta sobre a figura de unidade de execução, foi já aprovada pela Câmara Municipal. Se a estivéssemos a votar votaríamos inequivocamente contra. O que votamos hoje é, a revogação de um plano cuja capacidade de edificação e usos, é contrária ao que sempre defendemos para o Espargal, e que vai ao encontro das expressivas manifestações e expectativas que a população tem vindo a colocar em inúmeras ocasiões. -----

----- O Plano de Pormenor do Espargal em vigor, não só mantém toda a capacidade construtiva prevista na nova unidade de execução, mas também organiza o espaço segundo uma disposição fortemente impermeabilizadora do solo, que fragmenta o espaço público e cria enormes barreiras urbanísticas. Estando em vigor, o atual plano obriga os proprietários e obriga a Câmara Municipal também, às suas disposições. Poderia ser implementado, tal como está, seria um cenário ainda pior do que o que se apresenta na Unidade de Execução. Estamos, pois, perante um aparente dilema: estar contra a proposta de Unidade de Execução, estar contra a base que a sustentou, o Plano de Pormenor em vigor. Mas, concordar que sendo um mau plano, não deverá ser implementado nos moldes nele definidos.-----

----- Neste quadro, admitimos que a revogação do Plano de Pormenor do Espargal possa ser um passo necessário e a viabilizar, não para dar carta branca à concretização da Unidade de Execução, mas para encetar um novo período de aferição, de discussão e de alteração dos seus pressupostos, porque pautamos as nossas posições por uma atitude de seriedade, perante a complexidade das decisões que a cada momento é necessário tomar, porque procuramos fazer parte das soluções e estamos empenhados em tudo o que for de sentido construtivo, fazemos duas fortes

recomendações à Câmara Municipal:-----

-----Um – que valorize a participação cívica e o sentimento das populações no sentido de ainda proceder a novas alterações da proposta consagrada na Unidade de Execução que aprovou;

-----Dois – que nesse quadro, equacione uma renegociação da capacidade construtiva dos terrenos com os seus proprietários, com vista à sua redução e aproximação às expectativas da população, mesmo que para tal tenha de realizar um investimento financeiro que, naturalmente, deverá ser ponderado, equilibrado e compatível com as capacidades financeiras da autarquia.”---

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Votamos hoje a revogação do Plano de Pormenor do Espargal, votação que, se não tivesse o efeito de permitir automaticamente a aplicação da nova Unidade de Execução, não teria tido esta repercussão nas muitas Assembleias Municipais em que tem vindo a ser falada.-----

-----Para nós, é claro. Quem ganha as eleições, governa. Mas a questão está no modelo de governança que queremos implementar e em que nós, Partido Socialista, acreditamos. E aqui, pelos vistos, há uma diferença grande entre a visão de quem o povo escolheu e a nossa desta bancada. --- -----

-----Para o Partido Socialista, o modelo que deve ser usado, é o da participação. O do envolvimento. Acreditamos que se deve privilegiar a transparência e promover a participação democrática e cívica. Só assim, garantimos uma relação de confiança entre eleitos e eleitores e que garantimos que esta relação se estabeleça de forma duradoura. -----

-----E por isso, já o dissemos e voltamos a dizer, não concordamos com o envolvimento das cidadãs e dos cidadãos, a que assistimos no decorrer deste processo, pese embora se tenha corrigido a mão, já mesmo no final e se tenha realizado em setembro, há dois dias, o esclarecimento em reunião aberta a todas e todos.-----

-----Senhor Presidente, a revogação do Plano de Pormenor torna eficaz um projeto já votado diferente do inicialmente apresentado.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em vez de duas torres de dezanove andares, temos agora uma solução que mantém uma das torres de dezanove andares e uma outra com nove andares, aumentando assim a área de implantação deste segundo.-----

----- O Partido Socialista, mais do que a discussão desta solução em concreto, entende que esta teria sido uma oportunidade de discutir de forma mais alargada o modelo de território que queremos, e que assumimos que evoluiu ao longo dos últimos anos.-----

----- Queremos um território em que seja fácil circular. Capaz de atrair pessoas pelos seus espaços verdes, pelos seus serviços, pelas empresas. Cidadãos e cidadãs que trazem vida, movimento e que aqui, em Oeiras, queiram ficar.-----

----- Queremos um território que ofereça a escola, o centro de saúde, o local de trabalho, o espaço para descontraír, a uma distância que não nos desmobilize e compatível com a nossa vontade para juntarmos a vida familiar, o lazer, a atividade física, a cultura e o trabalho.-----

----- Mas queremos que “o pensar ou repensar” destes espaços não seja uma prerrogativa exclusiva de quem ganha as eleições. Queremos que todas e todos, sejam chamados a colaborar, a dizer, a envolver-se, e que a sua participação, verdadeiramente conte.-----

----- Não queremos modelos totalitários, nem como ouvi dizer numa das últimas conferências de representantes, que “as senhoras deputadas têm que se habituar que fazem e discutem o que a Câmara quer quando a Câmara quer.”-----

----- Esse não é o meu tempo.-----

----- Certamente também não é o tempo de muitos e de muitas.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, penso que todos os senhores deputados já tiveram oportunidade de fazerem as vossas intervenções. Vou passar à votação da proposta número quinhentos e oitenta, de dois mil e vinte e três, relativa à aprovação final da revogação do Plano de Pormenor do Espargal, oficinas da Câmara Municipal de Oeiras... O Senhor Presidente queria usar da palavra?”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----  
-----“Querida Senhora Presidente, se me der licença.”-----  
-----A **Senhora Presidente da A.M.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----  
-----“Peço desculpa, deixou-me...”-----  
-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----  
-----“Eu gostaria de dizer o seguinte sobre esta matéria: é óbvio que muito do que se está aqui a discutir não é suscetível de discussão neste momento. Vamos lá ver, o que se está a discutir é: ou este Plano de Pormenor ou uma Unidade de Execução.-----  
----- Discute-se trânsito, discute-se isto, discute-se aquilo...vamos lá ver, o que está em causa é que, seja em torre ou seja em edifícios mais baixos, mas vários edifícios, a área de construção será sempre a mesma, o potencial construtivo está fixo e determinado. Portanto, estando fixo e determinado, quer dizer que o mesmo número de pessoas, que irá habitar neste espaço construído, tanto é com torre como sem torre. De maneira que há aqui argumentos que são claramente falaciosos, porque não têm nada a ver com a realidade. -----  
-----Segundo – Aquele território (e já tive oportunidade de dizer aqui) eram antigas oficinas, antigo matadouro, onde chegaram a viver quarenta e duas famílias em condições absolutamente miseráveis, e que a Câmara Municipal paulatinamente foi resolvendo, fez o realojamento, depois teve que fazer novas oficinas, entretanto foi aprovado o Plano de Pormenor, que lembrem-se, não é o Plano de Pormenor das oficinas da Câmara, não é o Plano de Pormenor do que estamos agora aqui a discutir, é o Plano de Pormenor do Espargal, que vem desde a rotunda de Oeiras do Piauí até cá baixo. Muitos dos moradores que provavelmente estão agora descontentes vivem no Plano de Pormenor do Espargal, provavelmente a maioria vive aí, nesses prédios. O que estamos aqui a falar, é da fase final do Plano de Pormenor, porque um Plano de Pormenor pode ter execução durante vinte, trinta anos...o Plano de Pormenor do vale de Algés é de mil novecentos e sessenta e sete, tantas vezes aqui falado, com alterações em setenta e dois, depois em oitenta e





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinco, porque a sua execução depende muitas vezes da disponibilidade do promotor. Se este terreno esteve na posse da Câmara Municipal, durante muito tempo tinha lá as oficinas, obviamente que não podia ter concretização aquilo que estava previsto no plano. Quando a Câmara Municipal adquiriu o terreno e instalou as oficinas, construiu as oficinas no local, ficou disponível este espaço para acolher aquilo que o Plano de Pormenor determina. E, portanto, o potencial construtivo está decidido. Agora a opção é o que é que é melhor: é menos solo impermeabilizado ou mais solo impermeabilizado. -----

----- Eu devo-vos dizer que fico muito surpreendido, confesso que me surpreende a reclamação de alguns moradores (não é todos), porque os principais beneficiários com a ocupação desta zona são justamente os que lá moram. Quem vai beneficiar mais com o investimento que ali vai decorrer, é justamente quem já tem lá património, naquele local. -----

----- A demonstração... Quando a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) refere a atração de cidadãos ao nosso território, pois é, Oeiras é dos territórios mais atrativos do país, tão atrativo que a procura excede brutalmente a oferta. E não estamos a falar de classe média, classe média baixa, estamos a falar de agregados familiares com grande poder de compra que querem vir para o Oeiras e que não têm onde comprar, porque não há casas à venda. Portanto, obviamente, que o Concelho de Oeiras é atrativo. Mas é atrativo porquê? É atrativo justamente porque tem bons equipamentos. Comparem com aquilo que está aqui à volta, é fácil, comparem com os concelhos que estão à nossa volta. Portanto, é indiscutível que Oeiras é atrativo. E eu fico realmente surpreendido, porque o desenvolvimento desta operação, os primeiros beneficiários vão ser exatamente todos aqueles que moram ali à volta. -----

----- A Câmara não criou expectativas a ninguém. A Câmara pôs um terreno em hasta pública, que vendeu com aquele potencial construtivo. Se o promotor vem de encontro a ideias que a própria Câmara Municipal também tem, no sentido de criar condições, de alargar o corredor verde, um prolongamento do Parque dos Poetas, e do ponto de vista pedonal fazer a ligação até à

Figueirinha, ótimo, são promotores desses que se pretende. Há outros que são inflexíveis, por exemplo.-----

-----Estar agora aqui a dizer: “Bom, mas a Câmara Municipal vendeu, não devia ter vendido”, mas que história é essa? Porque é que a Câmara não o devia ter vendido? A Câmara Municipal tem que rentabilizar o seu património de forma a utilizar esses recursos da melhor forma. Eu ainda ontem, ou anteontem, tive a oportunidade de dizer aqui que, a receita deste terreno, que são duzentos e pouco fogos (não sei bem quantos são), corresponde à compra de mil e duzentos fogos em Porto Salvo, mil e duzentos, quatro ou cinco vezes mais. -----

-----Portanto, não vamos fazer... alguns ficam escandalizados... não vamos fazer... atenção se fizéssemos lá habitação social, os moradores eram contra também. Também não queriam lá ciganos, também não queriam lá gente pobre. E não pensem que são diferentes aos da Quinta da Maruja, porque eu recebi no meu gabinete moradores da Quinta da Maruja, da Junça, ali de Linda-a-Velha, a dizer-me “Presidente, nós não somos racistas, não temos nada contra os ciganos nem contra os negros, mas quer dizer, nós pagamos a nossa casa, saiu do nosso suor, e o Senhor quer nos meter essa gente aqui ao pé de nós? Que vão desvalorizar as nossas casas?” Vamos lá ver, nós temos de ser sérios na discussão.-----

-----Por outro lado, quando se vem para aqui dizer: máxima participação, máxima não sei o quê, já vimos, este Concelho não se fez com um bater de dedos, de castanholas. Transparência? Discussão? Participação? Mais participação do que a que tem havido? Este processo tem sido altamente participado. Foram mais de cento e cinquenta pessoas, cento e oitenta pareceres, sugestões que foram dadas neste processo. Portanto, mais participação como?-----

-----É fácil alguma demagogia partidária vir para aqui dizer: “Bom, nós queremos é participação...”, a participação não substitui a legitimidade do voto, porque entramos aqui na discussão (e é isso que tem acontecido) do modelo de desenvolvimento, do nosso modo de vida. Quem quer um modelo de desenvolvimento diferente daquele que é protagonizado por este



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Executivo, só tem uma solução, tem que ganhar eleições. Obviamente que nós discordamos totalmente do modelo desenvolvimento que a Coligação Evoluir Oeiras, Bloco de Esquerda, Livre e Volt defendem. Deus nos livre de uma coisa dessas. Eu identificar-me com o modelo de sociedade que a Coligação Evoluir Oeiras, Bloco de Esquerda, Livre e Volt defendem? Não, de maneira nenhuma. Se eles querem um modelo de desenvolvimento deles, primeiro têm que ganhar eleições. E o que se diz ao Evoluir, diz-se a todos. Uma coisa é discordar pontualmente disto ou daquilo, isso é legítimo, é natural que em democracia isso aconteça, outra coisa é a propósito do Espargal virem discutir e pôr em causa o modelo de desenvolvimento económico e urbanístico deste Concelho. Que os resultados estão à vista, nós somos o melhor Concelho deste país, nós temos os melhores indicadores deste país, noventa e oito por cento dos residentes em Oeiras, gostam de viver em Oeiras, é aquilo que barómetros sucessivos dizem nos últimos anos. -----

----- Portanto, a discussão e a participação tem sido feita profusamente...aliás, vamos lá ver, eu não resisto mais uma vez... podem dizer tudo, mas eu não tenho papas na língua...Eu pergunto, por exemplo, se alguém nesta Assembleia, da esquerda à direita, se identifica com esta...ou melhor, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), que falou muito nisto, diga-me lá, rejeita isto que está aqui ou não? Responda-me, rejeita ou não?... Senhores moradores do Espargal, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) não rejeita isto. Ora, isto é a maior mentira que foi vendida a propósito do Espargal, isto que está aqui. E como vêm, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) não rejeita isto, identifica-se com isto, o que quer dizer que se identifica com mentira e com manipulação. -----

----- Já foi demonstrado aqui, nesta Assembleia, que não era nada disto.-----

----- Eu não tenho mais nada para dizer.”-----

### 4.1.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino

Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dez votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos). -----

-----Os Senhores Deputados Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 105/2023**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 580/2023 – DOT – APROVAÇÃO FINAL DA  
REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESPARGAL/OFICINAS DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE OEIRAS (PPE)** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e oitenta barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em doze de julho, e deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dez votos contra, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária, aprovar o procedimento de Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras (PPE), conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.1.1.1. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “Irei apresentar a Declaração de Voto por escrito. Queria só deixar essa indicação.”--

----- A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez chegar a sua **Declaração de Voto** por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “**Declaração de Voto** -----

----- Antes de abordar o caso concreto do Espargal, será relevante definir qual a posição da Iniciativa Liberal (IL) no que diz respeito às questões da construção e urbanismo. -----

-----Assim, no que respeita à construção a IL defende a construção em altura como forma de reduzir custos, permitindo, assim, que haja mais acesso à habitação a custos mais acessíveis, algo que é uma emergência neste momento no país. A construção em altura tem também a vantagem de reduzir a ocupação do terreno, permitindo manter áreas verdes fundamentais para o enquadramento urbanístico e bem-estar da população, assim como, existindo uma densificação enquadrada, conseguir oferecer infraestruturas mais eficientes no que respeita a mobilidade e serviços de suporte aos residentes. -----

-----A construção em altura tem, no entanto, de ser devidamente enquadrada em termos urbanísticos e harmonizando a malha urbana existente, respeitando aquilo que são os preceitos definidos quer no enquadramento alargado, quer em termos de planeamento das infraestruturas e também dos fatores de risco. -----

-----Assumidos que está este ponto defendido pela IL, entramos assim no caso concreto do Projeto das Torres do Espargal que agora está em discussão. -----

-----Neste projeto a Câmara Municipal de Oeiras (CMO) lançou uma discussão pública sem envolver de forma efetiva os habitantes da zona impactada e sem grande promoção de que a mesma estava em curso, num processo que pelo seu impacto devia ter sido alvo de profundo debate e envolvimento da população. -----

-----Ao inserir numa área edificada já de si com alguma densidade, mas sem que a envolvente tenha prédios com alturas superiores a nove andares, dois edifícios de dezanove andares. Posteriormente, uma das torres foi “deitado” e se isto melhora as questões da exposição solar e do sistema de vistas, continuam ainda assim, uma série de questões em aberto. -----

-----Além disso, há também eventuais questões legais, já que o Executivo da CMO tem afirmado sucessivamente que a área de construção se mantém a mesma, no entanto a minuta do contrato de urbanização diz claramente que a área de varandas não conta para a contabilização desta área, o que pode configurar uma forma dissimulada de aumentar a área de construção e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

como tal, uma violação do regime jurídico aplicável. -----

----- No que se refere ao enquadramento urbanístico, o corredor verde entre o norte de Paço de Arcos e as Fontainhas, que permitia desfrutar da “vista deslumbrante sobre o rio e o Atlântico”, fica reduzido a 4mt e não constitui qualquer valência seja em termos ecológicos ou urbanísticos.

----- Também se verifica que na zona existe um lençol de água abundante e não existem dados sobre o que está previsto para fazer face aos riscos de cheia, sobretudo quando a edificação terá garagens abaixo do nível do solo (4 níveis). Os vizinhos dos prédios da zona já referem a dificuldade de utilização das garagens próximas por ser uma zona com infiltração por água. -----

----- Ao nível dos impactos na mobilidade também as vias de acesso não foram consideradas por forma a absorver o impacto desta nova edificação e o Estudo de Tráfego, feito durante a pandemia e atualizado através de algoritmos, pelo que existem dúvidas legítimas quanto à sua adequação à realidade. -----

----- Este projeto poderia ter sido alvo de uma discussão séria e responsável com os habitantes das zonas envolventes, foi por isso uma oportunidade falhada da CMO para criar um planeamento integrado para a zona com o envolvimento de todos e acautelando os impactos na zona envolvente, assim como, todos os processos de negociação com o promotor do projeto deveriam ter sido claros e transparentes e também aqui não se verificam princípios elementares de transparência. -----

----- Esta situação criada pelo executivo da CMO prejudica tanto os moradores como os investidores nas suas expectativas de retorno do investimento e afeta a credibilidade da CMO enquanto entidade idônea. Como tal, não será possível votar favoravelmente um projeto que levanta tantas dúvidas, seja sob o enquadramento urbanístico, técnico ou ainda na transparência quanto à forma como foram conduzidos os processos com o promotor imobiliário, bem como no processo de consulta pública e no eficaz envolvimento da população afetada.”-----

**4.1.1.2. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----**

-----“É para o mesmo efeito. Também entregaremos por escrito a Declaração de Voto.”--

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto** por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra a proposta de revogação do Plano de Pormenor do Espargal por considerar que a votação estava condicionada ao avançar do projeto das Torres do Espargal, projeto de que discordamos na totalidade. -----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras esteve sempre ao lado dos moradores e das suas reivindicações e lamenta que a participação da população tenha sido desprezada praticamente até ao último momento do processo, tendo depois sido realizada de forma muito limitada e atabalhoada pela Câmara Municipal, naquilo que mais não foi um simulacro de sessão pública de esclarecimento. -----

-----A Câmara Municipal tinha instrumentos para a definição de uma Unidade de Execução que abrangesse terrenos localizados a sul do Moinho das Antas, de forma a amortizar os elevados índices urbanísticos na zona. -----

-----Em vez disso decidiu vender o terreno com capacidade construtiva à luz dos anos oitenta/noventa e inventa agora intenções de criação de corredores verdes sem expressão. Para o Grupo Político Evoluir Oeiras os interesses da população de Oeiras são prioridade face a interesses de promotores imobiliários no Concelho e, também por isto, votámos contra a Revogação do Plano de Pormenor do Espargal.” -----

**4.1.1.3. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:**

-----“Eu posso fazer a minha já. -----

-----Se estivéssemos a falar de uma revogação para aprovar um plano melhor, ou para depois de estudar outra solução, seríamos totalmente favoráveis, mas neste caso, se estamos simplesmente a revogar para permitir esta nova discussão, para nós, nem o plano antigo nem o novo. Preferíamos uma solução em que se reduzisse o número de fogos, baixando assim a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

densidade populacional.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Vamos então passar agora...” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte: -----

----- “... Queria usar da palavra? Mas como? -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

----- “Sobre este ponto?”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

----- “Sobre este ponto.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Já foi feita a votação. Ou é uma Declaração de Voto, mas o Senhor Vice-Presidente não votou...”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Não, agora já não tem de dar. Peço desculpa.”-----

----- INTERVALO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-- -----

**4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N° 690/2023 – GCAJ/DE/DMEDSC/DGREAE – relativa à Aprovação final do novo “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de**

**Estudo e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Oeiras” (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)**

-----A Senhora Deputada Marta Carolo (PS) disse o seguinte:-----

-----“Estamos perante a aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Oeiras. -----

-----Realçamos o facto deste Regulamento ter tido dois momentos de auscultação processual: a consulta pública e a apreciação pelo Conselho Municipal de Educação, órgão este, que integra os diversos representantes da comunidade escolar e educativa. -----

-----Realçamos ainda a valorização dada por este Regulamento não só ao desempenho académico, mas também ao contributo do indivíduo enquanto cidadão. -----

-----O jovem, como indivíduo, não deve ser simplesmente valorizado por uma nota quantitativa de dezoito, dezanove ou vinte valores, a sua participação como interveniente em atividades desenvolvidas na comunidade educativa e o envolvimento dedicado a causas sociais, desportivas, culturais e humanitárias tem de ser promovido. -----

-----Estas bolsas municipais, cujo Regulamento estamos aqui a aprovar são, a par com o programa Bolsa Mais Superior do Governo da República, um incentivo à permanência dos jovens no ensino superior. De salientar que este ano letivo o Governo passou a atribuir as Bolsas de Estudo ainda na fase da colocação dos alunos no ensino superior alargando também as condições de acesso para que cheguem a mais estudantes do que no ano anterior. -----

-----Para concluir...esta proposta merece o nosso voto positivo, enquanto medida promotora de igualdade de oportunidades para que todos os jovens estudantes do Concelho possam prosseguir os seus estudos académicos, mas deixamos as seguintes notas que devem ser ponderadas num futuro próximo:-----

-----A fusão dos dois regulamentos que benefícios traz? Já que todas as instituições que detêm estas bolsas os têm separados; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Do ponto de vista da simplificação e modernização administrativa não verificamos nenhuma medida de melhoria na comparação com os antigos regulamentos; -----

----- Da análise comparativa com outros municípios verifica-se que muitos têm cláusulas que não permitem que os bolseiros possam ter, em teoria, quatro ou mais bolsas (duas da DGE, duas do Município e ainda mais alguma de empresa de um dos progenitores). Deixamos a sugestão de que esta questão seja analisada sob o princípio da justiça e da razoabilidade e o princípio da proporcionalidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas alguns breves comentários quanto a esta proposta. -----

----- Achamos que o limite de idade para atribuição de bolsas não era necessário neste Regulamento. Os estudantes do ensino superior não são todos jovens, nem têm que ser, e é bom que não sejam apenas jovens, e, portanto, para nós este limite dos quarenta anos para atribuição de bolsas poderia cair. Até porque, segundo o título da proposta, a bolsa é destinada a estudantes do ensino superior, não referindo em lado nenhum que têm de ser jovens. -----

----- Uma outra questão, que é central para nós e que nos impede de votar a favor desta proposta, tem a ver com a insistência de deixar de fora deste Regulamento a tabela ou a matriz, que eventualmente servirá para classificar os candidatos. Achamos que devia estar definida à priori e que devia constar do Regulamento, até para não permitir a leitura que a tabela ou a matriz de avaliação é feita ano a ano e que é feita à medida de alguma coisa ou de alguém. Incluir a tabela no Regulamento, era uma maneira de garantir clareza quanto aos critérios de avaliação e atribuição de bolsas, e era a única maneira de escudar devidamente este processo e de permitir condições aceitáveis de escrutínio do mesmo. Assim, consideramos que ele está parcialmente deferido e não podemos acompanhar favoravelmente. -----

----- Por fim, achamos que o Conselho Municipal de Educação podia ter sido consultado com mais antecedência, e não apenas quando este Regulamento já estava em consulta pública e

que esta consulta, este ouvir de partes como o Conselho Municipal de Educação, poderia ter sido mais alargado e que outras instituições, outras entidades, outros órgãos, poderiam ter sido ouvidos, no âmbito da elaboração deste regulamento.” -----

-----O Senhor Deputado António Lopes Costa (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Não podia deixar de saudar a Câmara Municipal de Oeiras pela elaboração e proposta de aprovação de mais um instrumento que, melhorando o anterior, se afigura como determinante na procura de conseguirmos ter, em Oeiras, os melhores alunos do país. Este regulamento será certamente uma ferramenta que permitirá reduzir as desigualdades sociais, proporcionando condições para que os estudantes não deixem de prosseguir o estudo no ensino superior, nomeadamente, por falta de condições económicas. -----

-----Este regulamento insere-se claramente na consolidação e concretização do princípio de acesso universal à educação que está consagrado constitucionalmente. -----

-----Deve referir-se que o procedimento com vista à aprovação deste novo regulamento abrangeu a realização de um período de consulta pública (como aqui já foi referido) em que os interessados puderam apresentar os seus contributos, que foram devida e detalhadamente analisados e, alguns deles, contribuíram para a introdução de melhorias no documento final que hoje somos chamados a aprovar. -----

-----A proposta de regulamento foi também submetida ao Conselho Municipal de Educação, cuja composição integra os diversos representantes da comunidade escolar e educativa, tendo tido parecer favorável, tendo sido aprovado por unanimidade. Numa democracia representativa, que difere da democracia popular, o procedimento que culminou com versão final deste regulamento foi irrepreensível, procurando recolher todos os contributos que se afigurassem necessários para a elaboração do documento final. -----

-----Veja-se que este documento visa essencialmente melhorar o regulamento anterior, na perspetiva de o tornar mais eficiente e instrumental na política que tem sido adotada pela Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal de Oeiras, e que é publicamente conhecida, reconhecida e elogiada por todos, no sentido de criar condições para que, em Oeiras, em relação ao ensino superior, ninguém seja deixado trás.

----- Deve realçar-se (como aqui já foi referido pela minha colega do Partido Socialista) que as bolsas de mérito, de acordo com esta proposta, são concedidas com base numa visão do indivíduo que não se circunscreve apenas aos respetivos desempenhos académicos, mas numa visão mais ampla, valorizando o indivíduo em todas as suas ações, dentro e fora da sala de aula, valorizando o seu trabalho em prol de uma sociedade que seja justa, solidária e equitativa, bem como o papel do mesmo no domínio da cultura, do desporto, da ciência e das causas sociais. -----

----- Se optasse por soluções diversas, conforme proposto pelo Evoluir Oeiras, estaríamos a reduzir as bolsas de mérito à avaliação curricular, desconsiderando totalmente as ações dos estudantes no contexto da comunidade, que, aliás, podem mesmo pesar, a desfavor dos estudantes, nas suas avaliações curriculares. -----

----- Desta forma, pretende-se incentivar o acesso à formação superior dos jovens munícipes, contribuindo para o desenvolvimento educacional, social, económico e cultural do seu território, diminuindo, assim, assimetrias sociais, valorizando-se o indivíduo como um ser, e não meramente como um estudante.-----

----- Permitam-me também registar uma alteração que considero significativa neste novo regulamento, que se dirige à formação e qualificação académica dos jovens munícipes, propondo-se que a idade dos beneficiários seja aumentada dos trinta para os quarenta anos, observando os critérios internacionais do que pode ser classificado como um adulto-jovem, alargando o âmbito de bolseiros destas bolsas e adaptando-se à realidade dos tempos que vivemos.-----

----- Melhorador, participado, abrangente e inclusivo, este é, de facto, um regulamento que, a todos, nos honra aprovar.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sobre esta proposta, eu apenas tinha que dar aqui duas ou três notas.-----

-----A primeira é que somos o único Município em Portugal com esta política... Lisboa que é a capital, o Porto que é o segundo, Sintra que tem quase quatrocentos mil habitantes etc., isto é uma situação única em Portugal. Estamos a falar de bolsas com mil e quatrocentos euros, e em que o rendimento per capita, é de doze mil euros. Para terem uma ideia a que famílias é que já podemos chegar, um agregado familiar constituído por marido, mulher e filho, pode ir até trinta e seis mil euros de rendimento por ano, trinta e seis mil euros têm direito à bolsa. O Ministério da Educação são onze mil per capita, no caso das bolsas da Câmara são doze mil. E, portanto, fixem bem este número, um agregado familiar com um filho, com rendimento de trinta e seis mil euros, tem direito à bolsa, e é assim que nós já atribuímos novecentas bolsas, no montante de um milhão e trezentos mil euros. Isto é que é de realçar, a questão do Regulamento são “peanuts”, o Regulamento é o Regulamento. Agora, o que é importante é o volume financeiro e é o impacto que isto vai ter na vida de milhares de jovens e milhares de famílias do nosso Concelho. Daqui a quatro, cinco ou seis anos, quando se for ver o impacto que estas bolsas têm, veremos que contribuímos para a transformação da vida de milhares de famílias deste Concelho.-----

-----Portanto, acho que é importante, acho que é bom, nós orgulharmo-nos disto, porque é uma situação única em Portugal.”-----

#### **4.2.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

----- Os Senhores Deputados Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Inovar União Algés e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 106/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 690/2023 – DGREAE – APROVAÇÃO FINAL DO NOVO “REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E DE MÉRITO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE OEIRAS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número

seiscentos e noventa barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e seis de julho, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, aprovar o novo “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.2.1.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----**

-----“Só para dizer que vamos entregar uma Declaração de Voto por escrito.” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:-----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra este Regulamento de Atribuição de Bolsas referente ao corrente ano letivo por considerar que o regulamento não oferecia garantias relativamente ao escrutínio de todo o processo de atribuição das bolsas nele contempladas, nem estabilidade nos critérios de atribuição de bolsas ao longo do tempo, já que estes critérios estão à margem do regulamento e não nele contemplados.” -----

**4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 564/2023 – DMAG/DFP/DP – relativa à Celebração de contrato de comodato do prédio sito na Rua 5 de Outubro, N.º. 4 e N.º. 6, em Carnaxide, à Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) disse o seguinte:-----

----- “Nós estamos de acordo com esta proposta, mas queríamos sensibilizar a Câmara para umas obras que faltam para ultimar a reparação nesta instituição, que são essenciais para o bom funcionamento desta instituição. Elas já foram apresentadas aos serviços, pedíamos à Câmara que levasse em conta essas intervenções para a qualificação da instituição.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só para dizer que as obras estão dentro da garantia, e o Departamento de Projetos Especiais, com certeza que falará com o empreiteiro para resolver essas patologias, que naturalmente podem existir em qualquer empreitada.”-----

### 4.3.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da

Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Inovar União Algés e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras Paço de Arcos e Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 107/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 564/2023 – DP – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO DO PRÉDIO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, N.º 4 E N.º 6, EM CARNAXIDE, À SOCIEDADE FILARMÓNICA FRATERNIDADE DE CARNAXIDE ---**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e sessenta e quatro barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e oito de junho, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, autorizar a celebração de um contrato de comodato



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

entre o Município de Oeiras e a Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide relativo ao prédio em propriedade total sem andares nem divisões suscetíveis de utilização independente, com três pisos, sito na Rua Cinco de Outubro, número quatro e número seis, dois mil setecentos e noventa - zero quarenta e nove Carnaxide, por um período de setenta anos, tendo em vista a realização das suas atividades de índole social, cultural e desportiva direcionadas para a comunidade. -----

----- Os termos do contrato de comodato a celebrar, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 566/2023 – GMA – relativa ao Relatório e Contas de 2022 da TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----**

----- A Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Foi esta Assembleia solicitada a apreciar o Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois da Tratolixo.-----

----- Analisados o parecer sobre a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, documento do qual chamamos a atenção para as recomendações, e em particular para as que se referem ao “Sistema de controlo interno e dados de Cadastro”, considera-se que o Relatório e Contas, se encontra tecnicamente em condições de ser aceite e aprovado.-----

----- Embora haja questões financeiras que suscitam preocupações, nomeadamente que a médio e longo prazo as rubricas do passivo da empresa podem colocar em risco não conseguir solver os seus compromissos, são as questões ambientais as mais sensíveis.-----

----- Congratulamos o Plano de Igualdade de Género e os investimentos na Central de Compostagem de Trajouce e na adaptação das Unidades de Tratamento em Trajouce e na

Abrunheira. -----  
-----Relembremos, então, alguns documentos orientadores no âmbito desta atividade. ----  
-----Documentos orientadores como: a Diretiva Quadro de Resíduos de dois mil e dezoito, o decreto-lei número cento e dois de dois mil e vinte, o plano nacional de gestão de resíduos e o plano estratégico para os resíduos urbanos dois mil e vinte e três (PERSU), que elenca um conjunto de metas, tendo subjacentes os princípios orientadores para reduzir, reutilizar e reciclar, visando os objetivos do desenvolvimento sustentável e da economia circular.-----  
-----Até dois mil e trinta e cinco só devem ser depositados em aterro menos de dez por cento dos resíduos produzidos. Está a TratoLixo, mas igualmente os Municípios, a prepararem-se para este cumprimento? Pelas práticas atuais será de difícil concretização. -----  
-----O aterro da Abrunheira está a atingir a sua capacidade. Impõem-se soluções para redução e desvio de deposição em aterro.-----  
-----As metas Nacionais para reutilização e reciclagem estabelecem a obrigatoriedade de cinquenta e cinco por cento até dois mil e vinte e cinco (isto é já amanhã!), sessenta por cento até dois mil e trinta e sessenta e cinco por cento até dois mil e trinta e cinco. A estimativa da TratoLixo é de quarenta e dois por cento até dois mil e vinte e cinco, o que fica muito aquém da meta estabelecia, tendo o presidente da empresa, em entrevista à “Pontos de Vista”, considerado de difícil concretização estas metas, o que nos preocupa.-----  
-----Em dois mil e vinte e dois, houve um decréscimo, por razões conjunturais técnicas, sublinhe-se, de treze por cento na produção de energia elétrica, resultante do processo de tratamento biológico da fração orgânica de resíduos A orientação europeia, é de que a valorização energética não deve impedir níveis mais elevados de prevenção, reutilização e reciclagem. -----  
-----As recolhas indiferenciadas foram na ordem dos setenta e nove por cento versus vinte e um por cento de recolhas seletivas multimaterial, sendo que desde dois mil e quinze não existe um aumento significativo destas recolhas, o que representa uma falta de evolução e ambição da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empresa. -----

----- Em dois mil e vinte e dois houve um decréscimo de nove vírgula quarenta e cinco por cento de resíduos comercializáveis encaminhados para reciclagem. Estes números não satisfazem e só nos podem deixar preocupados. -----

----- No conjunto de todas as vendas, houve em dois mil e vinte e dois, um aumento de proveitos de um por cento. Mais uma vez números muito pouco significativos. -----

----- As metas de redução de resíduos urbanos por habitante, face aos valores de dois mil e dezanove são: cinco por cento até dois mil e vinte e cinco, e quinze por cento até dois mil e trinta. -----

----- Em Oeiras houve, em dois mil e vinte e dois, um decréscimo de um vírgula quatro por cento, todavia os motivos indiciam ser conjunturais o que não prenuncia uma estratégia para atingir as metas. -----

----- A recolha seletiva de biorresíduos, e sem prejuízo de aqui se deixar uma palavra de apreço por todo o trabalho e investimentos desenvolvidos neste sentido, relembra-se que é obrigatória a partir de janeiro de dois mil e vinte e quatro (falamos daqui a quatro meses)! -----

----- Esta recolha tem um peso, atual, de doze por cento, que se estima ser cerca de vinte e cinco por cento do total dos biorresíduos produzidos. Mas de dois mil e quinze a dois mil e vinte e dois, o peso desta recolha variou entre onze e treze por cento, o que denota uma estagnação na prossecução das metas estabelecidas. -----

----- O consórcio Lavoisier não viu a candidatura do seu projeto aprovada no PRR, o que é um revés, para a TratoLixo, no desenvolvimento do saco Bio Circular para a recolha seletiva de biorresíduos. -----

----- A empresa reconhece que o cumprimento das metas de gestão de resíduos urbanos do PERSU dois mil e vinte e três só será possível, entre outras condições, com o incremento muito significativo das recolhas seletivas, cuja responsabilidade é dos Municípios. -----

----- Será possível, só com estratégias de sensibilização, educação ambiental e aumento de

ecopontos, atingir os níveis de separação que permitam uma recolha seletiva que cumpra os mínimos nacionais estabelecidos?-----

-----Uma simples análise das estatísticas sobre esta matéria, demonstra que não.-----

-----O conjunto de taxas e tarifas associadas aos resíduos urbanos estão, e só, diretamente relacionados com o consumo de água. O sistema de pagamento é profundamente desincentivante e incompreensível para os cidadãos.-----

-----Para o cumprimento das metas ambientais, ou para uma aproximação gradual, mas acelerada, é necessário discutir, visando a sua concretização, metodologias como Pay as You Throw, Gain as You Throw ou Receive as You Throw, utilizadas em diversos países incluindo Portugal, que aliás, propusemos no nosso programa eleitoral.-----

-----É, assim, imperioso que o Município reflita, mas atue, nas formas de incentivo eficazes para uma maior recolha seletiva dos Resíduos Urbanos, e que a TratoLixo seja capaz de uma ambição muito maior, que a designação da empresa pode indiciar.”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Antes da análise propriamente dita do Relatório e Contas da TratoLixo, relativos a dois mil e vinte e dois, convém salientar que a empresa está vocacionada para a prestação de um serviço público, de qualidade, no que respeita ao tratamento de resíduos, integrando um sistema de gestão de resíduos urbanos e abrangendo os municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra. ---

-----Para a concretização da operacionalidade deste sistema, com qualidade, têm contribuído o funcionamento das várias estruturas, como por exemplo, a Central da Abrunheira, para o tratamento de resíduos e conversão dos mesmos em compostagem, reciclagem e energia renovável. Por outro lado, a Central de Trajouce, com avanço tecnológico, no que concerne à nova Central de Compostagem de resíduos verdes, bem como as diversas empreitadas em curso, para adaptação das unidades de tratamento mecânico e biológico à recolha seletiva de biorresíduos. --

-----Neste sentido, foram elucidativas as visitas que a Assembleia Municipal de Oeiras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

efetuou à Tratolixo: uma no anterior mandato e outra mais recente, já neste mandato, na qual houve claramente a perceção evolutiva tecnológica da empresa para prossecução do seu objeto.-----

----- Neste contexto e prosseguindo na análise ao relatório e contas de dois mil e vinte e dois, a Tratolixo - em termos económico-financeiros - evidenciou um acréscimo nos seus rendimentos, em relação a dois mil e vinte e um em cerca de dez por cento, ou seja, trinta e seis vírgula sete milhões de euros.-----

----- De igual modo, os gastos sofreram um acréscimo também de dez por cento, totalizando trinta e seis vírgula cinco milhões de euros, em relação a dois mil e vinte e um, nomeadamente nos fornecimentos e serviços externos, subcontratos, recursos humanos, conservação e reparação, entre outros.-----

----- Quanto ao resultado líquido, apesar de ter havido um decréscimo em relação a dois mil e vinte e um, apresenta um valor de cerca de cento e vinte mil euros.-----

----- Ainda no âmbito da análise do Relatório e Contas da Tratolixo, de dois mil e vinte e dois, é de referir os chamados serviços de construção, nos quais estão contabilizadas a construção e aquisição das infraestruturas, tendo em conta o contrato de gestão delegada.-----

----- Em termos económicos, há dois aspetos referidos no relatório, que tendem a condicionar a atividade - as taxas de juro e a inflação - as quais têm e terão impacto negativo, pelo que, se já em dois mil e vinte e dois se fizeram sentir, certamente também o serão no ano em curso e seguintes. Esta situação, obviamente, se monitorizada, apesar de poder afetar os resultados da empresa, poderá ser controlada, tal como é afirmado no presente relatório.-----

----- Posto isto, há que deixar algumas considerações sobre a empresa, que penso serem relevantes:-----

----- A Tratolixo serve a população de quatro concelhos da Área Metropolitana de Lisboa no que respeita ao tratamento de resíduos, abrangendo cerca de oitocentos e sessenta mil habitantes, numa área de setecentos e cinquenta e três metros quadrados, o que é significativo e

extremamente importante na área do ambiente; -----

-----Financeiramente, o endividamento da empresa, apesar de se situar em cerca de oitenta por cento, também é preciso não esquecer que está e estará em curso um “project finance” e um contrato de gestão delegada que durará até dois mil e quarenta e três; -----

-----E, por fim, em relação ao aterro e de acordo com as explicações dadas em reunião de Câmara pelo administrador, Senhor Doutor João Dias, é preocupação da administração tentar resolver o assunto com a celeridade possível, em conformidade com as declarações que proferiu na reunião referida.” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: -----

-----“O Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois da TratoLixo, genericamente consideramos que é bastante completo na informação que transmite. Existem, no entanto, algumas questões que consideramos que devem ser evidenciadas, nomeadamente, e naquilo que consideramos que é uma falha deste Relatório e Contas, a informação sobre a execução orçamental de dois mil e vinte e dois é, para ser simpático, parca, e depois em relação à situação financeira da empresa, também há aqui uma questão em que nós consideramos que devemos estar, todos nós vigilantes, porque se é verdade que em termos de tesouraria, a TratoLixo não tem grandes problemas e os números para este ano, até são ,uma boa parte deles, positivos, a verdade é que a médio e a longo prazo, a situação não é bem assim. Nós vemos, por exemplo, nas métricas da TratoLixo relativas à alavancagem, que é um rácio entre o passivo não corrente e o capital próprio, vemos que este rácio é muito elevado, é de quatrocentos e sessenta por cento, e isto significa que a TratoLixo está exposta, muito exposta a um imprevisto que possa acontecer, que a force a pagar esta dívida não no longo prazo, mas, no curto prazo e para isso, não tendo grandes capitais próprios disponíveis, terá de liquidar ativo seu, que é essencial provavelmente à sua atividade. Pode-se dizer que: “Ah, mas isso não acontecerá, porque a TratoLixo transferirá estes custos para os municípios, e no fim para o consumidor final”, e em parte é verdade, mas isso só pode acontecer até um certo





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ponto e no fundo, isto põe a empresa numa posição de potencial risco. Vemos que a autonomia financeira da empresa também é bastante baixa, cerca de dezasseis por cento, isto está ligado e acresce à nossa preocupação, e depois precisamente neste ano de dois mil e vinte e dois vimos também que aconteceu uma coisa, que é um sintoma mais geral do mercado, e que aconteceu...é transversal, não é exclusivo da Tratolixo, mas que tendo em conta a posição da Tratolixo, é particularmente preocupante, que é o aumento muito significativo dos encargos financeiros, portanto, dos juros pagos pela Tratolixo em dois mil e vinte e dois, está obviamente ligada à subida das taxas de juro Euribor, mas, tendo em conta a posição da empresa é preocupante, tendo em conta os cerca de oitenta por cento de endividamento, que já foram referidos, é preocupante e seria importante a Tratolixo e a administração da Tratolixo tomarem todas as iniciativas que lhes forem possíveis, para tentar reconfigurar aqui um bocadinho a posição da empresa em relação a estas métricas, para que não esteja exposta a uma situação de tão grande risco, no médio e no longo prazo.-----

----- Regra geral, as questões da atividade da empresa, creio que a Senhora Deputada do Partido Socialista já o explicou bastante bem, e em termos financeiros da empresa a nossa preocupação é esta, achamos que devemos estar vigilantes e é isso que vamos fazer.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

----- “Peço-lhe autorização para o Doutor João Dias, que é o Administrador Executivo, poder prestar alguns esclarecimentos.-----

----- Mas, entretanto, a propósito do aterro sanitário, aquilo que me compete dizer é que, há vários anos que ficou definido, que o Município de Sintra iria disponibilizar o terreno e compete a ele disponibilizar o terreno para o aterro. Acontece que isto já vem do tempo da Doutora Edite Estrela, enquanto Presidente da Câmara, que como estava no último mandato não quis tomar nenhuma decisão, e o Doutor Basílio Horta agora também está no último mandato e que não quer deixar essa herança ao próximo Presidente de Câmara. De maneira que, estamos aqui dependentes

da posição da Câmara Municipal de Sintra, em definir o local, e enquanto isso a Abrunheira vai esgotar, com certeza, e depois vamos ver, cá estaremos para resolver a situação.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Doutor utilizará o tempo de intervenção reservado à Câmara Municipal. Tem catorze minutos para a sua intervenção.” -----

-----O **Doutor João Dias, Administrador Executivo da TratoLixo**, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Boa tarde a todos. É um gosto estar aqui entre vocês, e poder explicar, ou tentar responder a algumas das questões que aqui foram colocadas. -----

-----Do ponto de vista geral, e não querendo entrar em detalhes técnicos do Relatório e Contas (porque seria demasiado maçador para todos vós), dizer-vos que na realidade, a TratoLixo sendo uma entidade pública (é uma entidade privada, mas cem por cento detida por entidades públicas) segue normativos contabilísticos que se aplicam e se coadunam a entidades deste género, o Sistema de Normalização Contabilística, sem dúvida nenhuma na ótica privada, não administração pública, no entanto, porque tem um contrato de gestão delegada até dois mil e quarenta e três (como aqui já foi referido), aplica em “Freak doze”, numa ótica de normalização supletiva, a aplicação supletiva, e isto permite que, ou implica que, todos os rácios que queiramos analisar no âmbito da discussão e estudo do Relatório e Contas, sejam diametralmente diferentes, isto para responder ao que o Senhor Deputado referiu relativamente ao rácio da alavancagem. Seria verdade, sem dúvida nenhuma, tecnicamente está correta a sua análise, numa empresa normal, não numa empresa que faz a aplicação supletiva da “Freak doze”, que por esse motivo, tem todo um prazo temporal para a depreciação de ativos, que é exatamente uma das premissas consideradas para a análise desse rácio, por exemplo, em que leva, ou considera todo o período do contrato de gestão delegada e a partir daí, os quatrocentos e qualquer coisa por cento que referiu, não se aplicam. --- -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Temos, de facto um “Project Finance” em curso, estamos a falar de oitenta e dois por cento do passivo, em sede de capital alheio a médio e longo prazo, que iniciou-se há muitos anos, não agora em dois mil e vinte e três, estará em vigor até dois mil e quarenta e três, e por esse motivo, temos que ter sempre em consideração o plano de amortização desse mesmo “Project Finance”, que faz com que a dívida seja reduzida até esse prazo. -----

----- Por isso, não há aqui um plano de amortização tradicional que se aplica nas empresas, não, estamos a falar numa “Freak doze”, estamos a falar de contrato de gestão delegada, que faz com que os períodos temporais sejam muito superiores a tudo aquilo que é praticado do ponto de vista técnico na economia, digamos, global. -----

----- Relativamente à questão técnica e não entrando aqui muito em rácios (podia de facto referir-vos aqui alguns), dizer-vos que,... até pelas entidades que fiscalizam a Tratolixo, o Tribunal de Contas, a Autoridade Tributária, os nossos próprios revisores e os nossos holders e todos os stakeholders com que a Tratolixo se relaciona, tecnicamente não há nada a dizer. -----

----- Quanto ao restante conteúdo do Relatório e Contas, já saindo da componente financeira e entrando mais na componente operacional, relativamente às metas, relativamente a projetos futuros, o que é que vamos fazer para responder à necessidade do aterro, entre outras questões...dizer que, e apenas numa ótica de complementaridade ao que o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Tratolixo, o Engenheiro Nuno Soares referiu há dias (que a Senhora Deputada fez o favor de mencionar na entrevista que deu ao meio de comunicação),...nós temos plena consciência que o nosso desempenho do ponto de vista de cumprimento das metas, está, ou não corresponde à expectativa, e ao que deveria ser o enquadramento nacional. No entanto, temos que ser claros quanto a isto, a Tratolixo num panorama nacional, pode não ser a primeira classificada, mas não está mal classificada para as ferramentas que tem ao seu dispor. E basta dizer-vos o seguinte, a Tratolixo é o terceiro maior sistema a nível nacional, serve oito vírgula seis por cento da população portuguesa, mas à sua frente tem dois sistemas com linhas incineradoras,

o que significa que a capacidade de resposta que têm é completamente diferente daquela que tem a TratoLixo. A TratoLixo na realidade, encontra e tem capacidade de resposta tecnologicamente avançada, que nos permite, neste momento, ainda antes da obrigatoriedade da recolha de biorresíduos, que vai passar a ser mandatário a nível nacional a partir de vinte e quatro, a TratoLixo já o aplica no seu sistema, Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra já contribuem (e já vos vou dizer em que medida) para essa recolha seletiva e de forma voluntária, basta dizer que a recolha que se faz e o aproveitamento que se faz dos biorresíduos, permite-nos hoje produzir perto de vinte gigawatts/ano, de energia por aproveitamento efetivamente desse fluxo, o que corresponde, grosso modo, a quatro meses de consumo, vinte e quatro horas por dia de energia pelo Concelho de Mafra (para temos aqui uma noção).-----

-----No entanto, nós não escamoteamos que a nossa realidade é: setenta e oito por cento recolha indiferenciada, vinte e dois por cento recolha seletiva. Isso são factos. E também são factos que, não obstante o esforço extraordinário que os concelhos que fazem parte do nosso capital, Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra, têm vindo a fazer na ótica de instalação de equipamentos de capacidade de resposta a estas necessidades, ao nível das suas comunidades, não obstante as campanhas de sensibilização que têm vindo a fazer nas suas comunidades também, a verdade é que a performance não tem sido a desejada, isso também não escamoteamos. Ainda assim, a resposta tem sido crescente e tem vindo a ser animadora e mantém-nos com alguma expectativa.

-----Para vos dar aqui alguns dados, e só de Oeiras, porque é isso que estamos aqui a falar (eu tenho catorze minutos, não é? Por isso, tenho que perceber, tenho que acelerar), para vos dizer que, Oeiras reduziu os resíduos indiferenciados, quando comparado a vinte e um, em zero vírgula nove por cento, resíduos de limpeza, trinta e dois vírgula sete por cento, e em monstros, treze vírgula dois por cento. E aumentou as recolhas seletivas em papel, dois ponto sete, em embalagens dois ponto nove, e em vidro um por cento. Isto resulta do trabalho que este Concelho tem vindo a fazer nas suas comunidades. É suficiente? Eu direi sempre que nunca será suficiente. Porquê? Mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que não seja pelas metas que nos colocam (já foi aqui referido), temos já para dois mil e vinte e cinco, uma meta ambiciosa de cinquenta e cinco por cento. Mas é a nível nacional, não é só, em exclusivo, para a Tratolixo, não é um problema só da Tratolixo. Aliás, isto não é um problema da Tratolixo, ou um problema de Cascais, ou de Oeiras ou de Sintra, é um problema de todos nós. Isto é um desígnio que todos nós temos que querer alcançar, superar e honrar. É daí que vem o nosso empenho e razão pela qual foi elaborado o ante plano estratégico, que pretende aqui observar o período de dois mil e vinte e dois até dois mil e trinta, onde nos comprometemos, participando em vários consórcios de investigação, a trazer soluções para cima da mesa, para também respondermos àquilo que falámos até agora, e que o Senhor Presidente fez o favor de enquadrar, que é a incapacidade de percebermos qual o caminho alternativo à inexistência de aterro, porque a Abrunheira efetivamente vai-se esgotar, mas não é a Abrunheira...já agora esclareço-vos, em dois mil e vinte e sete, não há capacidade nacional para aterros, nacional, não é só a Tratolixo, não é só a Abrunheira. Por isso é bom, e é desejável que todos nós nos empenhemos, e quem está, de facto nesta área, para encontrar soluções alternativas. Agora, isso não quer dizer que a Tratolixo não faça, para além dessa procura, não faça um acompanhamento do processo legislativo que teve até há pouco tempo em discussão, PERSUS dois mil e vinte e três (que também foi aí mencionado) onde demos contributos muito significativos. Também demos contributos significativos no mercado voluntário de carbono, porque se hoje há pouca capacidade de resposta, há insuficiência da disponibilidade de aterro a nível nacional, também há incapacidade de resposta ou de financiamento deste setor, basta vos dizer que para Lisboa, quando são necessários mais de seiscentos milhões de euros em investimentos, foram disponibilizados no próximo quadro comunitário, cento e quarenta e cinco milhões, isto diz tudo. Agora, a Tratolixo está à procura ativamente de alternativas e os mercados voluntários de carbono podem ser uma dessas alternativas. -----

----- Por último, referir que, percebendo também que muito do caminho faz-se pelo

envolvimento das comunidades, que tem vindo a ser feito esse papel pela Tratolixo, nas escolas dos nossos quatro concelhos, dentro de vários projetos que eu poderia aqui referir, há um que nós temos particular interesse e expectativa, que é o projeto “Blue Circular”, em que pretende reunir todas as comunidades costeiras dos quatro concelhos que nos formam, digamos assim, para trazer uma nova vida a tudo o que é a poluição de plástico no mar, uma nova utilização, no âmbito da nossa área geográfica. -----

-----Por isso, dizer-vos, e para concluir, em termos financeiros vinte e dois foi um ano de estabilização. Fazendo um pequeno “disclosure” de dois mil e vinte e três, não somos alheios à crise nacional, por isso para a semana haveremos de falar sobre vinte e três. No entanto em vinte e dois, estamos estáveis em termos comparativos com os demais valores. E temos fortes expectativas, porque assim é que temos que ter esta predisposição, a de que vamos atingir os nossos objetivos, os vossos objetivos, porque vocês também são os nossos acionistas, Câmara Municipal de Oeiras, e por isso, contem com o nosso empenho e com a nossa dedicação nesse caminho que temos que fazer.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Queria colocar mais uma questão, se me fosse permitido e se fosse possível. -----  
-----Tem a ver com a questão da operação financeira da Tratolixo, que referiu que, nessa operação financeira estão contemplados prazos para cumprir com pagamentos de empréstimos, de encargos financeiros da Tratolixo, prazos muito longos. Mas vemos que este ano, por exemplo, a Tratolixo, mesmo tendo tido...ou seja, os juros aumentaram quarenta e quatro vírgula cinco por cento, mesmo tendo a Tratolixo feito uma amortização de alguns destes encargos financeiros. Isto leva-me a crer (e também referiu a crise nacional, que se calhar até é crise internacional dos juros e da inflação) leva-me a suspeitar, que uma boa parte desta operação financeira da Tratolixo assenta em empréstimos indexados às taxas de juro Euribor. Eu queria saber qual é que é, mais ou menos, a estrutura disso, se estão indexados à Euribor a três meses, a seis meses, a doze meses, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

outra. Se são empréstimo sobretudo a taxa variável, se há a possibilidade de passar uns deles para taxa mista, taxa fixa...queria perceber um bocadinho melhor essa estrutura, porque não percebi totalmente a partir do Relatório e Contas.”-----

----- A **Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Eu estava à espera que me dissesse qualquer coisa sobre a questão que eu pus no final, sobre as metodologias de incentivo. Eu falei nas metodologias de Pay as You Throw, Gain as You Throw ou Receive as You Throw que julgo que devem estar em discussão, gostaria de saber a sua opinião.”-- -----

----- O **Doutor João Dias, Diretor Executivo da Tratolixo** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado pelas questões colocadas.-----

----- Começando pela primeira, do Senhor Deputado, a componente financeira. O nosso “Project Finance” está todo ele baseado em taxa variável, Euribor a seis meses.-----

----- A Tratolixo, nesse sentido, desenvolveu e estão em curso negociações com o sindicato bancário, na perspetiva de negociar não a taxa, porque a taxa é definida pelo Banco Central Europeu, mas a remuneração, o pricing da operação, que é aí que eventualmente, poderemos conseguir algum tipo de vantagem económica, no imediato.-----

----- Quanto a fixação de taxa, alteração de qualquer outro tipo de condicionantes do contrato, temos que observar as regras do Banco de Portugal e também à classificação, ou não, proveniente dessas ditas alterações como “Non Performing Loan”, aqui temos que perceber que há normas técnicas provenientes do Banco Central Europeu, que se alteradas determinadas condicionantes do contrato, poderão derivar num entendimento de dificuldade financeira, automaticamente NPL e isso seria bastante negativo. Por isso, o que nós estamos aqui a abordar e pricing puro e duro, temos uma expectativa positiva, vamos ver se vamos conseguir, em quanto tempo é que vamos conseguir alcançar.-----

----- Quanto às questões que colocou, Senhora Deputada (peço desculpa e não me leve a

mal, inexperiência da minha parte neste âmbito). A posição que a TratoLixo tem é muito clara. Todas as soluções que promovam uma maior consciencialização, e acima de tudo, um maior envolvimento de quem descarta, que somos todos nós consumidores, serão muito bem-vindas e serão sempre aplaudidas pela TratoLixo. Temos o PAYT, temos outros sistemas...temos o SDR, inclusive, que são tudo soluções que sem dúvida vão incrementar percentuais e compromissos na ótica da reciclagem, com certeza. Não podemos, no entanto, esquecermo-nos de um pequeno pormenor: o investimento que a TratoLixo fez é semelhante ao investimento que todos os SGRUS (Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos), fizeram a nível nacional. A maior parte dos SGRUS serão públicos, serão de natureza pública, portanto, terão empenhado na sua missão fundos públicos, para darem uma terminada resposta no âmbito a que é o seu serviço público essencial. Qualquer solução que seja implementada, Pay as You Throw, sistema de depósito reembolsável ou retornável, qualquer um, tem sempre que garantir que os fluxos financeiros atuais que resultam para os SGRUS, não são diminuídos, sob pena de pormos em causa a sustentabilidade dos SGRUS. Porque, sem dúvida que queremos incrementar taxa, isso nem sequer está em causa, temos é que acautelar os demais interesses.-----

-----Por isso, e de forma muito clara e para que não fique qualquer sombra de dúvida, cem por cento a favor, desde que acautelados os interesses de todas as partes envolvidas.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem, meus Senhores, penso que estamos esclarecidos sobre esta proposta.”-----

-----**APRECIADA** -----

**4.5. Apreciação da Proposta CMO N.º 568/2023 – GMA – relativa ao Relatório e Contas 2022 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2022 da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “No passado dia dezassete de janeiro nesta Assembleia, analisámos o orçamento da empresa Municíпия. Já nessa altura, o PSD fez notar a sua preocupação com a estabilidade económica da empresa (da Municíпия) e defendeu a necessidade de se ponderar o futuro da mesma, atendendo aos constantes resultados financeiros, que são preocupantes. -----

----- Já na reunião do passado dia catorze de março e no seguimento de uma investigação jornalística, levantámos questões relativas à transparência da atividade da empresa que se gere essencialmente, à conta do dinheiro dos munícipes oeirenses. -----

----- Chega-nos esta proposta de deliberação para apreciar na reunião de hoje, e eu gostava de salientar um parágrafo da mensagem de abertura do relatório do Diretor-Geral da Municíпия, que diz assim: “O ano de dois mil e vinte e dois foi marcado por resultados financeiros negativos, grandemente explicados por uma tendência nos últimos quatro a cinco anos da regressão da cartografia, fotografia aérea, projetos SIGUE e cadastro, a favor do aparecimento crescente da topografia e cadastro simplificado”. -----

----- O Senhor Presidente, também nas nossas férias, presenteou-nos com um anúncio de procedimento, de uma empresa cuja situação levou o próprio Executivo, na pessoa do Senhor Presidente de Câmara, a levar a cabo a realização, ou a reconhecer a necessidade de realização de uma auditoria à empresa, precisamente para se clarificarem, de uma vez por todas, todas as questões relacionadas com a atividade da mesma. -----

----- Mas efetivamente, e não obstante a preocupação que vários Deputados aqui demonstraram e cujo parecer da Comissão de Economia, muito bem elaborado pela Senhora Deputada Sílvia Santos do PS, continuamos a assistir a uma situação preocupante. Mas não obstante isso, no dia dois de agosto, é lançado um anúncio de procedimento com o número treze mil e sessenta e cinco de dois mil e vinte e três, e pasme-se, este anúncio de procedimento retrata uma aquisição de veículos pela Municíпия (empresa, que volto a referir, está numa situação

económica complicada) de três milhões de euros. -----

-----Portanto, eu estou certa de que, de facto, nós hoje vamos ser esclarecidos relativamente a este procedimento, e vamos ser esclarecidos relativamente às novidades da situação da empresa Municípa, porque efetivamente elas existem, de certeza, porque esta situação não seria minimamente aceitável se alguma coisa não tivesse, entretanto, mudado. -----

-----Portanto, estamos aqui de peito aberto e de ouvidos bem abertos, para realmente ouvir o que, entretanto, mudou na Municípa.”-----

-----A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** disse o seguinte:-----

-----“A Municípa apresenta uma tendência de redução da atividade que não tem conseguido inverter e que tem de ser reavaliada em termos futuros.-----

-----Dos aspetos críticos a relevar, constatamos a redução significativa da atividade core da Municípa, sem perspetivas concretas da sua recuperação para além do propósito de recuperar as encomendas dos sócios, propósito este que está na origem da sua criação.-----

-----Em termos económico-financeiros, a Municípa apresenta Ganhos Operacionais que totalizam dois milhões setecentos e trinta mil euros, contra três vírgula duzentos e trinta mil euros, em dois mil e vinte e um, e quatro vírgula trezentos e quarenta mil euros, antes da pandemia, em dois mil e dezanove.-----

-----Verifica-se uma redução drástica da atividade e dos respetivos rendimentos e os consequentes elevados prejuízos registados.-----

-----Os Resultados Líquidos foram negativos na ordem de um milhão e cinquenta mil euros, representando quase cinquenta por cento dos rendimentos. Em dois mil e vinte e um, os resultados foram de trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e dois euros positivos.-----

-----Os gastos com o pessoal cresceram vinte e seis por cento relativamente ao ano anterior e representam cerca de quarenta e um por cento do total de Gastos Operacionais. -----

-----Os Fornecimentos e Serviços Externos pesam, em dois mil e vinte e dois, trinta e nove



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

por cento, reduzindo em relação a dois mil e vinte e um (que eram de cinquenta e um por cento) devido à redução da atividade. -----

----- O Prazo Médio de pagamentos aumentou para cento e oitenta e quatro dias, superior ao ano de dois mil e vinte e um que era de cento e cinquenta e dois, e o Prazo Médio de Recebimentos diminuiu de trezentos e oitenta e nove dias em dois mil e vinte e um, para duzentos e trinta e dois dias em dois mil e vinte e dois. -----

----- Por outro lado, o Relatório de Parecer do Fiscal Único refere, de uma forma geral, que o Relatório reflete “adequadamente as atividades desenvolvidas e a situação económico-financeira da Municíпия”, bem como constata o “cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor”. -----

----- No entanto é relevado uma ênfase relativamente ao acréscimo de custos no Projeto RDUATS/Nampula, conduzido pela Municíпия Moz, por alteração nas proporções de responsabilização a desfavor da empresa, num valor de duzentos e setenta e dois mil euros.-----

----- Contudo a Municíпия mantém sensivelmente a mesma autonomia, que lhe faculta em tempo adequado para uma eventual recuperação se essa for a conclusão de uma avaliação estratégica do seu futuro empresarial.-----

----- Tendo em consideração o acima referido, recomenda-se: -----

----- Uma estratégia adequada de recuperação de clientes e do volume de negócios;-----

----- Uma política adequada de redução de custos; -----

----- Uma avaliação económico-financeira da atividade da empresa a prazo; -----

----- Uma análise das tendências no campo da inovação tecnológica, onde o âmbito e objeto, trabalho da empresa se insere, em virtude da existência de novas soluções tecnológicas que existem atualmente.-----

----- Gostaria ainda de salientar que, em termos globais são muitos os riscos associados aos aspetos críticos referidos em comparação com o previsto nos diversos Planos de Atividade e

Orçamento, e que são:-----

-----Elevada dependência de novas atividades, com uma tendência de execução baixa; ---

-----Um resultado esperado muito abaixo, vulnerável a flutuações na previsão de receitas (para menos) e de gastos (para mais).-----

-----Ao longo dos vários anos a fiabilidade da informação que nos é dada (que são intenções) não se tem vindo a confirmar revelando-se um problema a gerir para a Câmara Municipal de Oeiras como seu acionista maioritário. -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras deverá ponderar e fazer um alerta em Assembleia Geral da empresa, uma vez que tem, sistematicamente, apoiado a sua atividade, não sendo acompanhada pela maioria dos seus outros acionistas no esforço, em que muitas vezes não pagam a quota nem contratam os serviços.-----

-----Valerá a pena fazer uma reflexão estratégica sobre a empresa, que já foi diversas vezes dito pelo Partido Socialista, nomeadamente sobre o seu objeto social, estratégia operacional e a sua viabilidade, ao mesmo tempo que esperamos pelos resultados da Auditoria em curso.”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Contrariamente às duas intervenções que me antecederam, vou ser muito breve, dadas as circunstâncias atuais, ou seja, chegámos a dois mil e vinte e três com o conhecimento sobre a situação da Municípa, em termos económico-financeiros perante o Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois, não há que escondê-lo, antes sim, aceitar que a empresa tem evidenciado problemas nesta matéria, há alguns anos.-----

-----Assim sendo, apesar da situação, a Municípa conseguiu, até dois mil e dezoito e mesmo em dois mil e dezanove, apresentar resultados positivos, no entanto, a situação referida agravou-se, de facto, a partir de dois mil e vinte, com resultados negativos e com diversos problemas evidenciados.-----

-----Neste contexto, perante os factos referidos e, como já tinha sido determinado, foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

iniciada recentemente uma auditoria, pelo que não faz sentido continuar com análises à situação da Municíпия e aguardar pelos resultados da referida auditoria. -----

----- Para concluir, de referir que a Municíпия é participada - para além do Município de Oeiras - por municípios e entidades intermunicipais e tem um quadro de excelência no que respeita aos seus recursos humanos. -----

----- Assim sendo, perante os factos apresentados, convém evidenciarmos prudência e, em conformidade com o exposto, reiterar que seja concluída a referida auditoria, para uma cabal futura análise ponderada sobre a situação da empresa e eventual tomada de medidas sobre a mesma, por parte dos acionistas e os respetivos órgãos. Disse.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Voltamos aqui a discutir a Municíпия, neste caso as contas de dois mil e vinte e dois eu confesso que nem sei muito bem por onde começar a desconstruir este Relatório e Contas e a situação da Municíпия em geral. -----

----- Eventualmente, podemos começar logo pela página dez, onde se refere o trabalho no Alqueva em tom de grande empreitada, mas depois vai-se a ver e foi um projeto que durou apenas três semanas e que foi adjudicado, segundo o que sabemos, por um valor em torno dos quarenta mil euros, o que não é nada de extraordinário, tendo em conta a realidade da empresa, e que não foi adjudicado em concurso público, mas sim através de consulta prévia. O segundo projeto de maior dimensão neste departamento, cobriu cerca de três por cento da área do Alqueva e, portanto, dá para ter bem uma ideia do que foi a atividade neste departamento. A conclusão lógica vem a seguir e reparamos que a faturação da Cartografia e Cadastro, deste departamento, ficou a cinquenta e cinco por cento do que estava previsto inicialmente. -----

----- Continuando, na parte da Engenharia e Infraestruturas o que vemos em destaque são dois projetos feitos para a APDL e tanto quanto sabemos, já tinham sido adjudicados em dois mil

e dezasseis e dois mil e dezassete por ajuste direto nos valores de vinte e quarenta mil euros. Aliás, as adjudicações, quase todas de que falamos aqui serão por consulta prévia ou ajuste direto, já que o último concurso público que a Município ganhou remonta a abril de dois mil e dezoito. -----

-----Mais abaixo, continuando no departamento de inteligência artificial, ficamos sem saber quanto se faturou aqui. Sabemos que há uma nova estratégia, tudo muito visionário e interessante, mas, números, nada. -----

-----Depois, saltando para a página dezanove, na parte da marca Connect, dizem que o final de dois mil e vinte e dois foi fértil em termos de escândalos em termos de contratação pública e que, portanto, configurou um momento ideal para a afirmação desta marca Connect, fruto da sua natureza e atividade. Portanto, pensa quem lê, conclusão lógica, que faturaram à balda. Errado, não faturaram nada. -----

-----Depois, logo a seguir, temos a UniquePaths, projeto altamente inovador, carregado de potencial e utopia, segundo quem escreve estes parágrafos diz. Mais abaixo vamos a ver e, afinal, em dois mil e vinte e dois, foi preciso reformular o interface, reformular os processo de onboarding, melhorar a explicação da proposta de valor, redefinir a estratégia de comunicação num lado, redefinir a estratégia de comunicação do outro lado também... fica a pergunta: afinal o que é que estava bem neste projeto tão inovador e tão cheio de potencial? -----

-----E Senhora Presidente, eu poderia continuar aqui muito mais tempo nisto, tivesse-o eu, mas quero saltar para o mais importante de tudo neste Relatório e Contas que é o quadro da página trinta e dois. Logo à cabeça, vemos que a faturação desceu quinze por cento de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois. Também salta à vista que uma empresa que fatura dois milhões, tem um resultado líquido negativo de um milhão de euros. É obra. Em dois mil e vinte já tinha sido um milhão e meio negativo e, em dois mil e vinte e um, só foi positivo graças aos trabalhos realizados para a própria empresa e à rubrica dos outros rendimentos e ganhos. E já que falo nesta rubrica quero analisá-la aqui em dois mil e vinte e dois, onde ela teve um valor de trezentos e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sessenta e um mil oitocentos e vinte euros. Segundo o que conseguimos apurar deste Relatório e Contas, para esta rubrica contribui o aluguer de parte do espaço em que a Município opera que rende à empresa cerca de dezoito mil euros e contribuem também ganhos cambiais, que se deduz ser o restante ou seja, cerca de trezentos e quarenta e três mil euros. Sabemos que efetivamente a Município fatura para o estrangeiro, tanto quanto sabemos apenas para Moçambique, e sabemos - pela tabela que está na página vinte e dois, que faturaram cento e quatro mil euros, tanto quanto conseguimos perceber, foi este o valor para Moçambique em dois mil e vinte e dois. Ora, assumindo que os únicos ganhos cambiais vêm daqui, teria sido preciso o Metical, moeda de Moçambique, ter valorizado mais de duzentos por cento nos últimos tempos. E a maior variação no Metical que encontramos nestes últimos tempos é de cinquenta por cento entre o seu ponto de menor valor e o ponto em que atingiu o valor mais alto. Como é que explica esta discrepância que existe em dois mil e vinte e dois, mas que também existe em dois mil e vinte e um? Nada é explicado neste relatório.-----

----- Como é que uma empresa onde a faturação cai quinze por cento e os Fornecimentos e Serviços Externos apenas caem sete por cento, aumenta os seus gastos com pessoal em vinte e seis por cento? Como é que respondem a todas as ênfases deixadas pelo Revisor Oficial de Contas no seu parecer? Porque é que se andam, como já foi referido, a abrir procedimentos de milhões de euros na Município? Como é que a Município vai continuar a suportar juros tão altos para se financiar? Senhor Presidente onde é que está a auditoria que prometeu a esta empresa? Quantas mais vezes vamos ter que dizer que o rei vai nu? -----

----- No célebre livro de Voltaire, “Cândido ou o otimismo”, existe um personagem que é a caricatura de um otimista inveterado. Enquanto o mundo desaba à sua volta, este personagem, o professor Pangloss, afirma recorrentemente que “tudo corre pelo melhor no melhor dos mundos”. A Município vai desabando lentamente à nossa frente e a pessoa que podia fazer alguma coisa quanto a isso, que está aqui sentada, vai tentando manter a postura de que “tudo corre pelo melhor,

na melhor das empresas em que o Município de Oeiras é acionista”. Voltaire deu-nos o Professor Pangloss. Oeiras brinda-nos com o Presidente Pangloss. Obrigado Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Não sei se o Senhor Presidente pretende usar da palavra?-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Esta é uma conversa recorrente que há aqui sempre que vem um relatório de execução trimestral da Município ou o relatório de contas. Sobre essa matéria, o que a Câmara Municipal tem a dizer é que quer o Relatório de Contas, quer o Relatório da Execução Orçamental do quarto trimestre de vinte e dois, não me apercebi que nenhum dos Senhores Deputados tivesse feito aqui alguma afirmação de que estava errado. Vi muita conversa, mas pelos vistos está certíssimo. Ninguém disse que havia erros.-----

-----Portanto, estamos a falar de dois documentos, documentos técnicos que retratam a situação financeira da Município. Quanto a isso parece que estamos todos de acordo... Senhor Deputado não o interrompi e, portanto, a situação financeira da Município é aquela que está aqui plasmada nos documentos e pelos vistos ninguém contestou. -----

-----O que estão aqui a contestar é, digamos, a situação de viabilidade da Município e essa é uma questão, que a Câmara Municipal já referiu que tirará as suas conclusões. Os Senhores Deputados é que querem tirar as suas conclusões antes de tempo. A Câmara Municipal já referiu aqui, que a seu tempo iria ser realizada uma auditoria à Município. Foram desenvolvidos os procedimentos necessários para contratar a auditoria. A auditoria está contratada, está a decorrer e, portanto, quando estiver concluída, a Câmara Municipal não só dará conhecimento à Assembleia Municipal, como tirará as conclusões e em função destas apresentará as propostas à Assembleia Municipal. É isto que eu tenho a dizer.-----

-----Agora tenho de dizer mais uma questão. Quando os Senhores Deputados fazem certas afirmações, às vezes deviam informar-se melhor. Há uma dimensão na Município que não tem a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ver com a atividade corrente da Municípa, e que a Senhora Deputada Sónia (PSD) referiu, que tem a ver com o dito do concurso para aquisição de viaturas, etc. Não tem nada a ver com a atividade da Municípa. A Municípa, digamos, é o veículo de uma central de compras. Essa central de compras é uma central nacional de compras do Estado, autarquias locais, etc., onde qualquer das entidades públicas pode recorrer e a Municípa gere a plataforma, apenas isso. E, portanto, qualquer entidade pode recorrer a ela para fazer as suas compras, evitando, digamos assim, o concurso público e foi o que a Câmara Municipal fez. -----

----- Acontece que, por acaso até ficou deserto o concurso e, portanto, não foi feita nenhuma aquisição, mas a ser feita, esses ditos três milhões de euros, não eram entregues propriamente à Municípa, eram para pagar aos fornecedores. As centrais de compras são isto. Portanto, a central de compras não tem nada a ver com a atividade da Municípa, mas quem ouviu a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), dá a impressão que era a Municípa que estava agora ali e que a Câmara ia adjudicar à Municípa três milhões de euros, etc. Ora bem, é assim que se lança a confusão a quem nos está a ouvir. -----

----- De maneira que, tudo isso seria evitado se a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) estudasse a lição, que é para não cometer tantos erros, quando nesta ânsia de crítica pela crítica, não estuda. Portanto, eu recomendo: estude um bocadinho mais os dossiers, que é para não fazer as figuras que faz e neste caso fez figura triste. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Oh Senhor Presidente, eu relativamente a figuras tristes, eu se fosse o Senhor Presidente hoje, nesta Assembleia não falava, porque, de facto, nós hoje já assistimos aqui a figuras muito, muito tristes. -----

----- De qualquer forma para lhe dizer que os deputados em férias, são confrontados com estes procedimentos e, naturalmente que vêm, em sede própria, perguntar ao Senhor Presidente do que é que se trata o concurso de três milhões de euros em nome da Municípa. Portanto, é tão

simples como colocar uma questão em sede própria.-----

-----Agora se o Senhor diz que é uma central de compras aquilo que chega como informação aos Senhores Deputados, é que há um procedimento titulado na Municíпия com o valor de três milhões de euros para compra de autocarros. Trouxe-lhe tão simplesmente a questão. -----

-----Quanto ao resto, Senhor Presidente, cada um fica com as suas figuras tristes. Muito obrigada.” - -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Meus senhores, penso que está feita a apreciação deste ponto e podemos passar ao ponto seguinte.” -----

-----**APRECIADA** -----

#### **4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO Nº. 626/23 – GCAJ/DACTPH – relativa ao Regulamento do Prémio de Poesia de Oeiras - Aprovação Final (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Pergunto se há algum Senhor Deputado que pretende usar da palavra?” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, queria apenas que ficasse em ata que como sou poeta, em hobby e com livros editados e normalmente participo neste concurso e, portanto, vou-me ausentar da sala e não vou participar da discussão, nem da votação. Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra? Não havendo inscrições, vou passar à votação deste ponto... vamos lá, estamos a chegar ao fim dos trabalhos, portanto, vou passar à votação deste ponto.” -----

#### **4.6.1. VOTAÇÃO**-----

-----A **Senhora Presidente** submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira). -----

----- Os Senhores Deputados Domingos Ferreira Pereira dos Santos, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmiento, do Partido Social Democrata, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega e João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político

Municipal Inovar União Algés, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 108/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 626/2023 – GCAJ – REGULAMENTO DO PRÉMIO DE POESIA DE OEIRAS – APROVAÇÃO FINAL** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e vinte e seis barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quinze da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezanove de julho, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, aprovar a alteração ao regulamento do Prémio de Poesia de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Chegámos ao fim dos pontos da Ordem de Trabalhos e temos duas inscrições do público.”-----

## **5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

**5.1. A Senhora Patrícia Ribeiro, munícipe de Oeiras,** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Boa tarde.-----

-----Início a minha intervenção, com o excerto dos Três Dragões, da autoria de um dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maiores vultos da cultura portuguesa, o Professor Agostinho da Silva. -----

----- “E agora vamos lutar contra os dragões. -----

----- O primeiro, é o ideal de um produto bruto nacional sempre crescente e um sempre mais elevado nível de vida material. Neguemos tal ideal. O que queremos é que o produto nacional seja distribuído com justiça, isto é, com amor, e que a qualidade do nível de vida seja elevada.-----

----- (...) O segundo dragão é a informação, desde a bisbilhotice e a escola até à imprensa e à televisão. O modo de lutar é dizer a verdade, e somente a verdade.-----

----- (...) E eis, o terceiro dragão (o pior deles todos), a nossa tendência de pertencer a grupos, de ter um partido político, ou uma igreja que pense por nós, de consultar ou seguir professores e gurus; numa palavra, de engolir a vida como criança chupa o leite do biberão.

----- Na realidade, nós somos piores, porque no nosso caso o leite já está digerido. -----

----- Está alerta em relação à dinâmica de grupos. (...) Podes, e deves, ter ideias políticas, mas, por favor, as tuas ideias políticas, não as ideias do teu partido; o teu comportamento, não o comportamento dos teus líderes; os interesses de toda a humanidade, não os interesses de uma parte dela. E lembra-te que 'parte' é a etimologia de “partido””.-----

----- Hoje, assistimos nesta Assembleia Municipal, à aprovação da Revogação do Plano de Pormenor do Espargal, que permitirá a entrada em vigor da Unidade de Execução do Espargal, projeto que tem sido fortemente contestado pelos cidadãos. -----

----- Ao longo destes quase nove meses de trabalho com os meus vizinhos, assisti e pude constatar através de uma rigorosa e exaustiva análise documental, dos contactos institucionais havidos com a Câmara Municipal de Oeiras e das intervenções públicas feitas naquele órgão e nesta Assembleia Municipal:-----

----- Um - A absoluta opacidade que tinge as negociações entre a Câmara Municipal de Oeiras e a empresa Graceful Sound Unipessoal, Lda., hoje, Madadna Portugal — Sicafi S.A.;----

----- Dois - A falta de pudor com que altos responsáveis técnicos e institucionais reiteram

falsas verdades na documentação oficial produzida pela Câmara Municipal; -----

-----Três - O quão difícil ou dificultado, é o acesso aos estudos e documentação solicitados. É disto claro exemplo o acesso ao Estudo de Sombras da Unidade de Execução: o primeiro pedido, foi-nos negado; o segundo, simplesmente ignorado e ainda, entre outros. -----

-----Quatro - A reiterada violação da lei, pela Câmara Municipal, quando não responde aos requerimentos entregues ou às participações na Discussão Pública, após a produção do Relatório de Ponderação; ou pela Assembleia Municipal, quando desrespeita por completo os prazos de resposta à Petição Pública que lhe foi entregue por milhares de cidadãos; e quando se demite do necessário distanciamento institucional face à Câmara, que lhe permitiria cumprir, com isenção, o seu dever de fiscalização da atuação autárquica, consagrado na nossa Constituição. -----

-----Os cidadãos, oeirenses que procuram, apartidariamente, exercer as suas prerrogativas democráticas esbarram num muro de dificuldades; na falta de urbanidade no trato pelo executivo; em profunda demagogia, combinada com ausência de respostas técnicas e esclarecimentos credíveis. -- -----

-----Até a Sessão Pública de Esclarecimento, promovida pela Câmara, deu continuidade a este estado de coisas. Nela, remeteram-se as respostas às questões e dúvidas colocadas pelos moradores para um Relatório de Ponderação - desconhecido; e validou-se a falta de transparência da Autarquia na sua relação com os munícipes, ao não ter sido transmitida a sessão através da internet, como tem sido prática, e apesar de o auditório dispor, aliás, de todos os meios técnicos para fazê-lo. -----

-----Sim, existe censura em Oeiras. Tal como o Anel de Giges de Platão, o lápis azul de Oeiras é insidioso, travestido de legalidade: uma máquina que combina propaganda e desinformação, muita gritaria: demagogia. Uma autocracia que se faz representar nas mais pequeninas situações do nosso dia a dia e não perde a mais singela oportunidade para se fazer ver. -----

-----Antes, os regimes democráticos caíam por golpes, ações exteriores. Hoje, começam a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

definhar e morrer a partir de dentro, às mãos dos seus próprios intervenientes e para isto contribui a sobremaneira a iliteracia cidadã.-----

----- Senhores Deputados, não foi a Revogação do Plano de Pormenor do Espargal que aqui foi aprovada...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

----- “Já terminou o seu tempo de intervenção.”-----

----- A **Senhora Patrícia Ribeiro, munícipe de Oeiras**, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O que os senhores validaram, com cada um dos seus votos...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

----- “Já ultrapassou o seu tempo de intervenção.”-----

----- A **Senhora Patrícia Ribeiro, munícipe de Oeiras**, continuou a sua intervenção:-----

----- “... foi o estado de coisas que descrevi nesta intervenção.-----

----- Agradeço, profundamente...” (a Senhora Presidente da A.M. desligou o microfone) -

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Meus senhores, há normas e nós aqui regemo-nos por elas. Existe um Regimento desta Assembleia que é cumprido escrupulosamente. Sim, os Senhores não de me dizer onde é que o Regimento não é cumprido.... Não desculpe, não há intervenções, não há este tipo de intervenções.-----

----- Está inscrito para falar e darei a palavra ao Senhor José Henrique de Macedo.”-----

**5.2. O Senhor José Henrique de Macedo, munícipe de Oeiras**, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhores Deputados. Boa tarde a todos os que nos ouvem em casa.-----

----- Começo por saudar a oportunidade de hoje os munícipes oeirenses nos estarem a ouvir e na última sessão, supostamente de esclarecimento, ter sido negada a transmissão, vamos lá saber por que razões.-----

-----Hoje foram ditas aqui também algumas inverdades. Gostaria que quem as proferiu se retratasse. O Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) afirmou que os dois responsáveis pela apresentação dos argumentos, pela Associação de Moradores do Espargal se tinham retirado da sala, aquando da sessão pública. Eu fui uma dessas pessoas, não me retirei, estive presente até ao fim e a outra pessoa que eu supostamente penso a que se refere é a Patrícia Ribeiro, que acabou de fazer aqui o seu depoimento, também esteve presente até ao fim. Portanto, com certeza, se referiu a outras duas pessoas e gostaria que fosse esclarecida essa situação. -----

-----Relativamente...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Peço desculpa. -----

-----Os senhores... as vossas intervenções dirigem-se à Mesa e é esta que poderá responder, se assim o entender. Portanto, o Senhor não pode pedir esclarecimentos diretamente a nenhum dos Senhores Deputados.”-----

-----O **Senhor José Henrique de Macedo, munícipe de Oeiras**, continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, pelo meu desconhecimento...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Para não ficar à espera de uma coisa que não irá acontecer.”-----

-----O **Senhor José Henrique de Macedo, munícipe de Oeiras**, continuou a sua intervenção:-----

-----“Solicitar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras que indague o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) sobre a que pessoas é que se referia, se alguma delas era a minha pessoa. Muito obrigado.-----

-----Relativamente ao suposto argumento de um cartaz com uma simulação errónea do que seria a volumetria do edifício, esse cartaz não foi da autoria da Associação. A imagem sim, quem





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

produziu esse cartaz, eu não sei quem foi, mas está no seu direito. Fico é estupefacto que é o único argumento que já é apresentado pela terceira vez pelo Doutor Isaltino Morais, de uma carta que lhe sai sempre do bolso, pior seria se saísse da manga, mas a verdade é que essa simulação é o único argumento que nós vemos apresentado contra todos os factos que nós reportamos no nosso relatório, nomeadamente os estudos enganadores sobre as questões de tráfego em que aparecem rotundas nas simulações de tráfego, para dois mil e trinta e seis, quando, na verdade na simulação para o Projeto do Espargal essa rotunda desaparece. -----

----- As questões das varandas que não foram corretamente respondidas pelos técnicos da Câmara. As questões de ensombramento, continuamos à espera da entrega do relatório. As questões respeitantes às respostas à ponderação que devia ter sido feita às participações, que foi referido pelos técnicos que foi enviado aos munícipes e nenhum dos munícipes recebeu. Portanto, são questões que continuamente são dadas respostas falseadas e o único argumento que o Doutor Isaltino apresenta, é uma suposta volumetria de edificios que nós exageramos. Acho que são argumentos demasiado fracos para contrapor. -----

----- Queria aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos aqueles que ao longo destes seis meses, muito contribuíram cada um, de acordo com as suas possibilidades, para sustentar toda a argumentação que nós não sendo técnicos, sendo munícipes que nos sentimos afetados com o projeto, aqui elaborámos. E, portanto, passo a agradecer à Ana, à Patrícia, ao António, à Isabel, ao Fernando, ao Osvaldo, à Manuela, ao Jorge, à Ana, ao Luís, ao Mário e a todos os outros, que ao longo destes meses, nos têm ajudado a sustentar toda esta contestação, a um erro que esta Câmara hoje cometeu. -----

----- Hoje sentir-se-ão conformados com a decisão, acreditamos que, quando se escrever a história e se contar que houve um autarca que foi nas suas palavras, o autor do projeto do Parque dos Poetas e mais tarde se referir que houve um autarca que autorizou a construção de uma torre que oblitera as vistas do Parque dos Poetas sobre o estuário do Tejo e o Bugio, ninguém vai

acreditar que esses dois autarcas são a mesma pessoa.-----

-----"Dou por concluída a minha intervenção. Muito obrigado."-----

**5.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----**

-----"Eu iria passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que queria dar-vos resposta a algumas das questões colocadas. Faça favor Senhor Vice-Presidente."-----

**5.4. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----**

-----"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, aos senhores munícipes que questionaram esta Assembleia e este Executivo, quero começar por dar duas notas prévias:-----

-----A primeira, é que este processo e damos de barato, já o dissemos, teve um problema na análise na questão na Assembleia Municipal, muito responsabilidade da Câmara Municipal e tirando isso não vejo grande problema.-----

-----Isto começa com a aprovação da venda do terreno no mandato dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um. A questão foi duas vezes à Câmara e duas vezes à Assembleia Municipal, portanto, a partir do momento que a Câmara aceita vender um terreno com capacidade construtiva, é pressuposto que quem o compra vai construir, com determinada capacidade edificativa.-----

-----Naturalmente, eu aconselhava os senhores munícipes, porque os senhores podem não concordar connosco, mas eu já disse isto e eu sei que às vezes, posso parecer algo agressivo a falar, mas eu não sou agressivo, sou verdadeiro..."-----

-----**Alguém interveio na zona do público, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----**

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----"Nós ouvimos as vossas intervenções e agora farão o favor de ouvirem a intervenção do Senhor Vice-Presidente."-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “O quão lamentável é, e eu já estou habituado a ser ameaçado nas redes sociais, a telefonarem para a Câmara a dizer que vão à porta da minha casa. Estou habituado às faltas de educação. Já estou habituado a isso tudo, por vezes, perdoo, mas depois de ter estado a ouvir tranquilamente, não perdoo. Naturalmente que a democracia exige que todos nós sejamos capazes de nos ouvir. Quando, por exemplo, pessoas que já tiveram responsabilidades em Portugal, falam, vêm com um grupo e depois saem da sala, nota-se o quão pequenino são. É o que é.-----

----- Esta venda do terreno foi aprovada duas vezes no mandato anterior. Eu não consigo compreender, perdoem-me, como é que o Partido Socialista aprova a venda e depois vota contra o plano. A hipocrisia é monstruosa neste caso, é monstruosa. Veremos as cenas dos próximos capítulos. - -----

----- Há pouco, eu falei da cobardia dos políticos. Os políticos são muito cobardes às vezes e, naturalmente que esta incoerência é o que afasta estas pessoas do centro. O centro não pode ter medo, não pode votar a venda de um terreno para construir e passado uns anos não querer aprovar um projeto com a mesma capacidade construtiva de construir. Não pode. A hipocrisia é monstruosa, é horrível, horrível. Os políticos troca-tintas, são o pior que pode existir.-----

----- Depois sobre a falta de opacidade, de rigor, tudo isso. Ainda hoje falámos da falta de transparência da Câmara de Oeiras, das portas escancaradas: vejam tudo. Não há problema nenhum, vejam tudo. Os estudos não são entregues antes de estarem concluídos, é relativamente simples. --- -----

----- Houve uma Senhora que esteve aqui numa Assembleia Municipal, que pediu para falar comigo ou numa reunião de Câmara, peço desculpa, creio que foi uma reunião de Câmara. Falou comigo em menos de vinte e quatro ou quarenta e oito horas. Nunca, nenhum munícipe pediu para falar comigo sobre este assunto, não falou. Mesmo quando pedi, que tinha que me ir embora porque tinha a minha filha sozinha. Como é que falam de falta de transparência e de falta de urbanidade? Falta de urbanidade, contem-me outra. É pena que quem está em casa, não ver como é que quem

fala depois abandona a sala e acusa-nos a nós de falta de urbanidade, por favor contem-nos outra.

-----Desrespeita a lei, viola sucessivamente a lei, sejam um pouco mais humildes, quem determina a violação da lei é o tribunal, não sou eu, não são os senhores. É preciso que haja um tribunal que diga que foi violada a lei. Não é assim! Interesses obscuros? Conluio? Os senhores tenham noção. O promotor que comprou o terreno, não é português, não vive em Portugal, nós não o conhecíamos de lado nenhum. Comprou o terreno em hasta pública, com determinada capacidade construtiva e passado uns anos, há quem diga assim: votámos a favor da venda, o senhor comprou, mas, afinal, não pode construir no que comprou. -----

-----Sinceramente, é o passo perfeito do “pato bravo” porque, quando os promotores internacionais, que acham o nosso território atraente, deixarem de adquirir aqui terrenos, quem vem para aqui, aí sim, é o espaço do conluio e dos interesses obscuros. -----

-----Este terreno, foi a hasta pública, não foi adquirido. A Câmara tinha condições para legalmente, Doutor Nuno Neto, creio eu, poder vendê-lo pelo valor base da hasta pública. Podíamos tê-lo vendido e aí sim, podia haver alguém que dissesse assim: “Aproveitaram-se e houve aqui um conluio”. Foi isso que fizemos? Não, foi a hasta pública outra vez, não há um caso de uma venda de um terreno, por este Executivo ou pelo Executivo anterior, que não tenha sido em hasta pública. Exatamente, porque nós sabemos da necessidade da transparência e que há sempre umas vozes que levanta uma série de suspeições. Agora, como nós temos esta atitude e nos vêm acusar de conluio. “Os serviços estão em conluio aí com o promotor”, vocês têm a noção do que é dizer uma coisa destas? Implica o técnico que analisou o processo, o chefe de divisão, o diretor de departamento, o diretor municipal, já são quatro, só na área do planeamento urbano. Depois em conluio com os vereadores, porque o Doutor Isaltino é um... como dizia a Senhora Múncipe, é o líder de uma autocracia. Os senhores vereadores estão todos em conluio com Senhor Presidente e com os dirigentes e entretanto, como nós somos oito, mais o PS que votou na altura a venda... bem o PS não sabe bem, mas o PSD que votou são nove, mais quatro treze. Quatro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dirigentes dos quadros superior de administração, nove vereadores e depois, o que é que nós fazemos também, chamamos todo o nosso grupo e dizemos que temos aqui um processo, que temos...por favor.-----

----- Há mínimos, acusar quem tem uma maioria ampla de autocracia? Autocracia? Nós vamos a votos de quatro em quatro anos. Há uma confusão entre o que é democracia participativa no caso concreto e eu acredito que há munícipes, até mesmo dentro dos mais ofendidos... Senhora Presidente, peço só alguma latitude, sem ofender ninguém, pode dar a mesma, se assim entender aos outros, eu ficarei aqui até o tempo todo que for necessário. É que aqui há coisas que eu acredito que devo esclarecer. Isto porque isto é demasiado. Tudo isto é demasiado, esta forma de estar permanentemente a ofender, mas alguém aqui foi mal-educado para com os munícipes que cá vêm? Sinceramente, eu dizia há pouco que até acredito que haja quem honestamente esteja preocupado e também acredito que haja quem honestamente discorde deste projeto e vive lá. Acredito até que haja, entre os promotores e quem esteja por trás da iniciativa, quem discorde do modelo desenvolvimento urbanístico.-----

----- Agora um: o modelo de desenvolvimento urbanístico é determinado de quatro em quatro anos, quando é sufragado pela população. É assim em democracia, isto é que é respeitar a democracia, é respeitar a vontade da população. Eu disse ontem na reunião de Câmara para os senhores não confundirem a árvore com a floresta. Cem/duzentos munícipes, não representam cento e setenta e um mil. A representação dos cento e setenta e um mil, saiu daquela eleição em dois mil e vinte e um.-----

----- Depois, o desrespeito pelo Executivo tem reflexo na Assembleia Municipal. Mesmo os Senhores Deputados que possam estar contra isto, não fiquem contentes, porque o desrespeito pela Presidente da Assembleia e o desrespeito pela Assembleia Municipal, é o desrespeito por todos vocês e pelas pessoas que vos elegeram para estarem aqui. Isto sim é correr a democracia. Isto é correr a democracia.-----

-----A democracia implica que nós nos saibamos ouvir com respeito uns aos outros. Quem está aqui a falar não é o Francisco Gonçalves, é o Vice-Presidente da Câmara. Eu enquanto cidadão terei as minhas opiniões, aqui tenho obrigações diferentes. E quem é desrespeitado quando se diz respeito ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, Presidente da Câmara ao Presidente da Assembleia Municipal, é o Município todo, porque são representantes do Município, da comunidade. Portanto, estão a desrespeitar a vós próprios.-----

-----Senhora Presidente termino já, são só trinta segundos. Como é que é possível acusar os técnicos municipais de desrespeitarem a lei, de não contabilizar as varandas, porque quem acusa é que sabe contabilizar, eu não sei. Não sei. Confio nas propostas técnicas da estrutura do Município de Oeiras e não me rogo de saber mais do que eles. É só Senhora Presidente. Muito obrigado.”-----

**5.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**

-----“Muito obrigada. Têm agora a palavra os líderes dos grupos políticos para fazerem uma intervenção. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) já se inscreveu, a Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) também e a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) terá também.”-----

**5.6. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte:-----**

-----“Obrigado Senhora Presidente. Dois pontos apenas:-----

-----Em primeiro lugar relativamente à primeira intervenção da munícipe que falou em primeiro lugar. Sobre o seu conceito de democracia não faço qualquer comentário. A exposição que a Senhora veio bolsar fala por si.-----

-----Apenas uma pequena nota ainda sobre a sua intervenção. A Senhora voltou a alegar que não percebia porque é que a Assembleia de terça-feira não tinha sido transmitida. Se tivesse alguma dúvida hoje tinha ficado esclarecido. De facto, aquilo tratou-se de um autêntico comício. Com palmas, com claque e com palmas que aliás, já foi repetido aqui hoje. É um conceito de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

democracia estranho, mas é um conceito de democracia, não é o meu.-----

----- Relativamente ao segundo Senhor que veio intervir e que me acusou de mentir. Eu estava presente quando o vi sair quase imediatamente após o início da intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Intervenção do Senhor Presidente da Câmara que, aliás, foi profundamente interrompida, obrigando a praticamente parar e a pedir quase por piedade que o deixassem falar ou melhor, que deixassem funcionar a democracia porque ele tinha estado completamente calado, sem abrir a boca, enquanto toda a gente disse tudo o que quis e mais alguma coisa e muita coisa aqui foi dita. E, quando ele quis falar, democraticamente os assistentes dos representantes das Torres do Espargal Não, quase não o deixavam falar.-----

----- Eu vi-o sair e, entretanto, no intervalo desta Assembleia, houve um senhor que na casa de banho e me abordou e me explicou que o senhor tinha saído de facto, mas para ir à casa-de-banho. Confesso, não voltei a vê-lo entrar. Caso tenha saído para ir à casa de banho e tenha voltado a entrar, naturalmente eu peço-lhe desculpa pela afirmação que fiz.-----

----- Não relativamente ao segundo caso que, por acaso coincide com a Senhora que veio intervir em primeiro lugar e que curiosamente já estive aqui anteriormente, numa outra Assembleia e que fez a mesma coisa que fez hoje. Veio bolsar aquilo que quis e imediatamente saiu e desandou. A Senhora veio falar e pôs-se imediatamente a andar, não esperou por ninguém. Tenho dito Senhora Presidente.”-----

**5.7. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: -----**

----- “Obrigada Senhora Presidente. -----

----- Começaria por dizer que me perdoe Senhora Presidente o uso de uma linguagem que possa ter uma latitude um bocadinho diferente daquela que me é habitual, mas depois da intervenção do Senhor Vice-Presidente, eu diria que aquilo que vou dizer é muito até... pacato.--

----- Eu acho que o Senhor Vice-Presidente se comportou nesta sua intervenção como uma virgem ofendida. E, de facto, não é um comportamento adequado para aquilo que se espera do

papel de um Vice-Presidente e não do Francisco Gonçalves, mas do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, que é uma Câmara com bastante nome no nosso país. -----

-----Eu quero-lhe dizer, Senhor Vice-Presidente que a nossa posição, do Partido Socialista, foi sempre muito clara, se calhar, não percebeu, mas eu explico-lhe. Nós não concordamos com o Plano de Pormenor do Espargal. Nós não concordamos com o Plano de Pormenor do Espargal. Não sei qual é o seu problema com isso, porque é um direito que nos assiste. Talvez não tenha percebido isso, que isso é do esquema da democracia. Escusa de estar a fazer esses esquemas e esses olhinhos, que isso também lhe fica mal, Senhor Vice-Presidente, fica-lhe mal. Acho que não implica o facto de termos votado aqui hoje a revogação do Plano do Espargal, significa e fomos muito claros com isso, que estamos automaticamente a autorizar a execução do Plano de Pormenor já votado em Câmara, Plano de Pormenor que não é votado na Assembleia Municipal. -----

-----Portanto, a nossa posição não tem nada de hipócrita. Hipócrita foi o ataque que tivemos agora, porque não concordamos com a votação que o Senhor Vice-Presidente entende que nós devemos concordar e por achar que tem o poder que tem, nesta sede, entendeu fazer um discurso para humilhar o Partido Socialista. -----

-----Afinal, Senhor Vice-Presidente, é tão desagradável e tão desadequado quantos aqueles que tantas vezes o Senhor Vice-Presidente aqui tem criticado. Disse.” -----

**5.8. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)... não tinha pedido a palavra?” -----

**5.9. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) respondeu e disse o seguinte:**-----

-----“Eu creio que a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) inscreveu-se antes de mim.”- -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Ai sim, não sei, não faço ideia, estava a olhar para ali.” -----

-----**A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte:**-----

-----“Senhora Presidente, eu vou recomendar já estão três pessoas na Mesa que se calhar





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comecem a estar atentas, dividam a sala em três bocados e estejam mais atentos, porque, de facto, inscrevo-me inúmeras vezes ...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Oh Senhora Deputada, a Senhora desculpe...” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Eu estou a falar Senhora Presidente...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M** disse o seguinte: -----

----- “Não desculpe, eu também estou a falar. A Senhora vá dar lições noutro lado, não lhe admito esses comentários. A Mesa organiza-se e dirige esta Assembleia e tem-no feito, portanto, não precisamos, muito obrigada pelos seus comentários e pelas suas propostas de organização da Mesa.” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** perguntou o seguinte:-----

----- “Se eu puder continuar a minha intervenção...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu e disse o seguinte: -----

----- “Faça o favor de usar a palavra.”-----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** continuou a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu não vou voltar a falar do tema dos Espargal, porque isso já o fiz na minha intervenção. Vou aproveitar só para comentar porque, de facto, é quase risível toda a intervenção do Senhor Vice-Presidente relativamente ao espírito democrata, à educação, ao respeito entre todos nós, quando são vocês aí desse lado, Vice-Presidente, Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia Municipal que estão constantemente a desrespeitar as pessoas que aqui estão sentadas, sejam os deputados municipais, sejam as pessoas do público vão ali intervir.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Desculpe, não lhe admito. Eu não lhe admito...”-----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte:-----  
-----“Eu estou no meu direito de fazer a intervenção, é a minha liberdade de fazer a minha intervenção relativamente àquilo que foi a intervenção do Senhor Vice-Presidente. A Senhora Presidente está no direito de não gostar, mas não está no direito de me impedir.”-----  
-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----  
-----“A Senhora está no direito de fazer a sua intervenção, tem três minutos para o fazer, mas eu não lhe admito que a Senhora falte ao respeito.” -----  
-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----  
-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----  
-----“A todos nós. Faltou ao respeito à Câmara, a mim como Presidente da Mesa e aos Senhores Deputados. Portanto, a Senhora até pode começar a sua intervenção, volta a ter três minutos, mas atenção, democraticamente nós temos de nos respeitar uns aos outros. Cada um tem a sua interpretação e tem a sua visão. -----  
-----Olhe, eu acho muito bem que se ria, sorria porque eu gosto de ver as pessoas sorrirem, muito mais do que estarem com caras aborrecidas.-----  
-----Democraticamente nós temos todos direito a pôr aqui a nossa posição. Não temos direito a fazer comentários depreciativos, ou vangloriar seja quem for. Portanto, eu não lhe admitirei que a Senhora comente da forma que fez, nem os Senhores Deputados, nem a Câmara, nem a Mesa da Assembleia, nem ninguém do público que aqui esteja sentado. Portanto, vamos respeitar a todos. -----  
-----Quer começar a sua intervenção de novo para fazer uma intervenção respeitosa e dentro dos princípios democráticos? Faça favor.” -----  
-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte intervenção: -----  
-----“Senhora Presidente, nada mais disse senão aquilo que sinto. O constante desrespeito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seja das regras do Regimento, seja de uma saudável convivência democrática por parte do Executivo da Câmara Municipal de Oeiras, nomeadamente o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e por parte da Mesa da Assembleia Municipal. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte.-----

----- “Fica registado que a Senhora na realidade desrespeita as pessoas que frisou.-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) quer usar da palavra? Faça o favor.”-----

**5.10. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção.-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Eu queria usar a palavra para parabenizar o Senhor Vice-Presidente, pelo louvável exercício de ginástica que fez aqui à nossa frente, que se não o qualifica para os Jogos Olímpicos, fica muito perto. Isto porque o Senhor Presidente diz que não percebe...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

----- “É porque ainda não há essa corrida.”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção:-----

----- “Acho que há ginástica nos Jogos Olímpicos... Não percebe o que é que é ofensivo na postura da Câmara e da Mesa, em relação aos munícipes. Olhe, eu também agradeço já agora ao Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV), que a seguir caracterizou a intervenção da munícipe que cá veio como “bolsar”. Se isto não é ofensivo, eu não sei o que é ofensivo.-----

----- Mais, qualquer pessoa que olhe para aquele quadro...”-----

----- **O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

----- “É a conceção da democracia, Senhor Deputado.-----

----- Qualquer pessoa que olhe para aquele quadro enquanto munícipe, que quer vir a

intervir a esta Assembleia fica ofendido. Isto porque vê aquele quadro e viu que a Mesa cortou a palavra à munícipe que aqui fez a primeira intervenção ao fim de quarenta segundos, sensivelmente, o Senhor Vice-Presidente falou mais seis minutos e quarenta, sem ter sido interrompido, e hoje já o Senhor Presidente da Câmara, falou mais dezoito minutos do que aquele que é o seu tempo que lhe é alocado antes de ser interrompido. Isto, pode-se caracterizar como ofensivo, pode-se caracterizar como não cumprimento do Regimento, porque há dois tipos de tolerância que são dados aos tempos que nele estão contemplados, mas, em termos de ofensas e desrespeito ao Regimento, eu creio que não preciso dizer muito mais, porque os factos e aquilo que aconteceu aqui fala por mim. -----

-----Depois, Senhor Vice-Presidente também queria dizer uma coisa. O Senhor Vice-Presidente da Câmara e o seu líder de bancada e a bancada do INOV no geral, gostam muito de vir aqui com a ladainha de que vocês ganharam as eleições com maioria absoluta, o que é verdade, ninguém nega, são os resultados e que nós não sabemos respeitar a maioria absoluta, mas eu tenho de dizer uma coisa, também já lhe disse muitas vezes: quem não sabe o que é ter maioria absoluta são os senhores. Vocês não respeitam a maioria absoluta que têm. Vocês estão convencidos que ter tido maioria absoluta vos põe acima das regras, das leis, do Regimento... estão sim senhor, vê-se naquele quadro, vê-se nas intervenções. Senhor Vice-Presidente, quem não sabe o que é ter maioria absoluta são vocês, dou-lhe esta novidade. -----

-----Portanto, Senhor Vice-Presidente, Senhor líder da bancada do Partido da maioria, Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com toda a estima que tenho por vocês todos, por toda a gente com quem travo combate político nesta Assembleia Municipal, ponham a mão na consciência, antes de virem para aqui fazer piruetas de demagogia como o Senhor Vice-Presidente fez agora e pensem bem se é este o registo com que querem tratar os munícipes que vêm aqui intervir à Assembleia Municipal. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

**5.11. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Com todo o respeito que todos os Senhores merecem, eu devo dizer que o Senhor não ouviu, porque não estou aqui assim a gritar isso, mas que pedi ao Senhor Vice-Presidente mais do que uma vez, que terminasse a sua intervenção. Como fiz com o Senhor Presidente da Câmara. --

----- Os senhores não imaginam o quão difícil é fazer o controlo do tempo, porque é uma realidade, as pessoas ultrapassam e o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) terá toda a razão se disser que hoje quem mais ultrapassou os seus tempos de intervenção, foi o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente. Aliás, eu quando estou a olhar para aí, vejo perfeitamente os sinais que o Senhor me faz de que estão a ultrapassar o seu tempo. Mas olhe, eu não consegui fazer melhor, não consegui que eles reduzam o seu tempo de intervenção, mas pedi várias vezes para o fazer. --

----- Quanto à Senhora que falou no público, eu costumo avisar no início de que têm cinco minutos para fazer a sua intervenção. Eu só usei tirar o microfone à Senhora, porque ela estava usando uma linguagem que até ela provavelmente se iria arrepender e, portanto, era melhor terminar assim. -----

----- Meus Senhores, chegámos ao fim...a Senhora, desculpe. Eu dei a palavra aos líderes dos grupos políticos e a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) não se inscreveu, agora estou eu a encerrar a Sessão. -----

----- Portanto, as intervenções dos Senhores Deputados terminaram. -----

----- Eu devo dizer-vos que esta Sessão terminou. Voltaremos a encontrar-nos no dia doze, na próxima terça-feira. -----

----- Desejo a todos uma boa noite e agradeço a todos que estiveram connosco mesmo acompanhando-nos nas redes online. Boa noite.” -----

### 6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quarenta e cinco minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e

pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----O Segundo Secretário,-----

Dono Ribeiro de Oliveira Legosilb